UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA

PATRÍCIA MATIAS DE OLIVEIRA

INDUSTRIALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM HORTOLÂNDIA-SP: OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

SEROPÉDICA, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA

INDUSTRIALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM HORTOLÂNDIA-SP: OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

PATRÍCIA MATIAS DE OLIVEIRA

Monografia apresentada ao Departamento de Geociências como requisito para a conclusão do curso de graduação em Geografia (modalidade: Bacharelado) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Maurilio Lima Botelho

SEROPÉDICA, 2014

Dedico esse trabalho à minha mãe, Maria do Livramento, nordestina, migrante, trabalhadora, por sua história de vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Cicero e Maria, agradeço pela confiança que depositaram em mim ao me deixar partir da minha cidade e por nunca terem deixado eu me sentir sozinha ao longo da minha graduação com cartas e telefonemas diários;

Ao meu irmãozinho, Gustavo, que cresceu;

Ao meu geógrafo preferido, melhor amigo e companheiro, Marcelo, que me fez respirar geografia o tempo todo, você foi um professor. Obrigado pelos incentivos, muita coisa eu não teria feito sem a sua ajuda;

Agradeço também as meninas dos alojamentos femininos F4/102 e F2/204 que foram a minha família emprestada, através desse convívio aprendi não só sobre veterinária, zootecnia, ciências agrícolas, geologia, economia doméstica, física, pedagogia, aprendi que amigos realmente se preocupam e se importam com seu bem estar. Agradeço em especial a Juliana, por todas as nossas conversas, caminhadas, corridas, e tudo mais, sinto uma admiração profunda por você;

As amigas da graduação: Vivian, com quem compartilho tanto sonhos e desejos; Luciana, companheira para todas as horas e que sempre me ajuda com meus "mapinhas"; Lidiane, minha conterrânea com quem me identifico muito; e Luana que foi minha guia turística na cidade do Rio de Janeiro e sempre foi uma amiga dedicada;

Para alguns professores que passaram na minha vida e que nem imaginam o quanto foram fundamentais e impactaram minha formação como pessoa e profissional, às professoras Lana Fonseca e Amparo Cuppolino, além dos professores Rogério Duarte dos Passos e Marco Antônio Perruso. Muito obrigado à vocês, saibam que aulas como as suas realmente me faziam ter mais prazer em estudar e sempre querer saber mais sobre as coisas;

Não podia deixar de fora, os professores do Departamento de Geociências que mesmo sofrendo com péssimas condições estruturais conseguiram fazer o curso de geografia da Rural valer a pena. A nossa coordenadora Regina Cohen que dá mais que o sangue para fazer tudo funcionar no curso, e aos professores Gustavo, Leandro, Maurilio, Lirian;

Agradeço em especial ao meu orientador, Maurilio quem admiro muito;

Agradeço à Prof. Lirian Melchior que tanto contribuiu para a minha formação, grande parte da minha caminhada na universidade estive envolvida com seus projetos, estes foram de extrema importância para a realização dessa monografia;

E a Universidade Rural que foi minha casa, possibilitou meu ingresso em uma universidade pública, onde eu tive todo o apoio necessário, alojamento, bolsa alimentação, bolsa de pesquisa, custeio para eventos. Isso fez toda a diferença e garantiu minha permanência na graduação.

“Na palma da mão as notas estavam úmidas de suor. Desejava saber o tamanho da extorsão. Da última vez que fizera as contas com o amo o prejuízo parecia menor. Alarmou-se. Ouvira falar em juros e em prazos. Isto lhe dera uma impressão bastante penosa: sempre que os homens sábios lhe diziam palavras difíceis, ele saía lograd. Sobressaltava-se escutando-as. Evidentemente só serviam para encobrir ladroeiras.” Vidas Secas – Graciliano Ramos. cap. “Contas” pág. 97 e 98.

RESUMO

"INDUSTRIALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO EM HORTOLÂNDIA-SP: OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO"

Patrícia Matias de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Maurilio Lima Botelho

Esta pesquisa indicou alguns impactos da reestruturação produtiva na esfera laboral no município de Hortolândia (SP), dessa forma, propõe uma reflexão acerca das transformações no mundo do trabalho nessa cidade. Situada no interior de São Paulo, compondo a Região Metropolitana de Campinas, o município de Hortolândia, emancipado em 1991, tem apresentado um dinamismo econômico que chama atenção, sendo evidenciada na mídia com algumas denominações "Paraíso das empresas", "Queridinha do Brasil", e citada em algumas reportagens como a cidade que mais cresce no Brasil. A economia da cidade tem sido impulsionada por uma guerra fiscal, assim, o Estado surge como empreendedor, o que também é uma das transformações ocasionadas pela reestruturação.

Dessa forma, ocorreram instalações de empresas importantes no cenário internacional, que envolvem principalmente o setor de alta tecnologia, como a IBM, ZTE, e a Dell Computadores, demandando inclusive uma mão-de-obra extremamente qualificada e especializada. Com isso, em Hortolândia emergem duas faces laborais, enquanto existem números consideráveis de geração de empregos ancorados na indústria elétrica, ocorre uma expansão do setor terciário. Ambas estão permeadas de condições inerentes ao modelo flexível que se traduz principalmente em precariedade para os trabalhadores. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre essas transformações e as condições apresentadas por essa nova fase das relações de trabalho.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva. Descentralização industrial. Guerra dos lugares. Mundo do Trabalho

ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA 1 - Mapa do município de Campinas de 1929, ... 34
FIGURA 2 - Esquema da cronologia de instalações de empresas no município de Sumaré ... 41
FIGURA 3 - Mapa de localização da RMC no estado de São Paulo 45
FIGURA 4 - Mapa das cidades que compõem a RMC 45
FIGURA 5 - Manchete do jornal local sobre premiação recebida pela cidade 53
FIGURA 6 - Informativo da Prefeitura Municipal 53

GRÁFICO 1 - Número de empregados nas indústrias de grande porte no município de Sumaré (1989)..... 59
GRÁFICO 2 - Evolução do PIB de Hortolândia no período de 2000 até 2010 63
GRÁFICO 3 - Posição na ocupação dos trabalhadores - 2010..... 72
GRÁFICO 4 - Geração de Empregos formais - 2010 72

ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 - População total do município de Sumaré por distritos (1960-1991)..... 36
TABELA 2 - PIB dos municípios da RMC e variação percentual (2000-2010)..... 48
TABELA 3 - Distribuição da PEA (maior de 14 anos de idade) segundo local de trabalho, por município de residência na RMC - 2000 61
TABELA 4 - Pessoas ocupadas por local de exercício do trabalho 62
TABELA 5 - Cargos que mais admitem 75
TABELA 6 - Flutuação do Emprego Formal em Hortolândia nos anos de 2011 e 2012..... 76
TABELA 7 - Admissões e Desligamentos em Hortolândia (2008-2013)..... 76

QUADRO 1 - Contraste entre fordismo e a acumulação flexível 22
QUADRO 3 - Mudanças no período de 1953-1974 no município de Sumaré..... 38
QUADRO 4 - Mudanças no período de 1975-1991 no município de Sumaré..... 39
QUADRO 5 - Descrição das estratégias utilizadas pelos municípios integrantes da RMC (de 1989 à 2000)..... 49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3 M – 3M Company

ABC Paulista – Designa-se a parcela da Região Metropolitana de São Paulo composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

BEMAF – Belgo Mineira Aços Finos

CIATEC - Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas

COBRASMA - Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários

CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás

CTI - Centro Tecnológico para Informática

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

IAC - Instituto Agronômico de Campinas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBM - International Business Machine

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS - Imposto Sobre Serviço

ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

ITAL - Instituto de Tecnologia de Alimentos

ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis

PIB – Produto Interno Bruto

PND - Plano de Nacional de Desenvolvimento

PROEMPH - Programa Municipal de Incentivo Empresarial de Hortolândia

PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RMC – Região Metropolitana de Campinas

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Sumário

INTRODUÇÃO 12
1. METAMORFOSES NO ESPAÇO PRODUTIVO 14
1.1 Taylorismo/Fordismo 15
1.2 Emergência de um padrão flexível 19
1.3 Inserção de tecnologia: Contradição 23
1.4 Implicações: Desemprego, Flexibilização, Precarização do trabalho e Dispersão Geográfica 25
2. GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE HORTOLÂNDIA 30
2.1 Nasce um pequeno vilarejo: “Jacuba” 31
2.3 Emancipação 37
2.3.1 Movimento Pró-Emancipação de Hortolândia 42
2.4 RMC: Fatores de atração industrial 44
2.4.1 Guerra Fiscal na RMC: Surge a “cidade-empresa” 48
3. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO EM HORTOLÂNDIA 55
3.1 Trabalho nas primeiras indústrias 57
3.2 Até quando cidade dormitório? 60
3.3 Hortolândia na “Guerra dos Lugares” 64
3.4 Relações contemporâneas de trabalho 65
3.4.1 Exemplo de Terceirização: A IBM 65
3.4.2 Desemprego 70
3.4.3 Rotatividade 73
CONSIDERAÇÕES FINAIS 78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 81

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo sofreu sucessivas transformações, a passagem do modelo fordista para o toyotista impacta de forma profunda o processo produtivo, tornando-se mais racionalizado - esta é a chamada reestruturação produtiva. Como resposta do capital à sua própria crise, a partir dos anos de 1970 uma reorganização produtiva começou a se estabelecer. No Brasil, essa reestruturação se faz notar nos anos 1980, nesse primeiro momento se caracterizando por uma redução de custos através da diminuição da força de trabalho, que afetou de forma significativa os setores automobilísticos, o de autopeças, o ramo têxtil e o bancário. Nos anos 1990, porém, a reestruturação se faz sentir de forma mais intensa, pois foi quando efetivamente houve a introdução do modelo japonês de produção e organização do trabalho. Este trouxe consigo todo seu aparato de intensificação do trabalho, surgindo a partir daí formas de subcontratação e de terceirização, automação, disseminação da microeletrônica, ênfase na flexibilidade e outras formas de diminuição de custos.

Diante disso, vemos que o dito "desemprego tecnológico" se torna parte da realidade contemporânea, sendo algo não apenas ligados à implementação de tecnologia, mas também às transformações nas relações de trabalho. Os setores industriais altamente "avançados" acabam por recorrer obrigatoriamente a essa inserção, principalmente para imprimir competividade em seus mercados. Consequentemente, o contingente de trabalhadores diminui, o que é visto de maneira positiva para as empresas, por que nessa era de produtividade o modelo a seguir é intensificar o trabalho com menor número de trabalhadores possível.

É perceptível que a fábrica altamente modernizada das últimas décadas também não privilegia os trabalhadores, pois estes sofrerão ainda mais com desemprego, precarização, e agora também com a flexibilidade. Nesse contexto, o trabalhador olha para o passado e enxerga com nostalgia o modelo fordista, que apesar de todos os males, ainda apresentava certa segurança no emprego, assim a chegada de indústrias é sempre recebida de maneira festiva, pois é relacionada a uma empresa que irá gerar inúmeros postos de trabalho estáveis.

O caso que analisaremos neste trabalho é o do município de Hortolândia, localizado no interior do estado de São Paulo, a cidade surge representando um Estado empreendedor disposto a adotar uma política agressiva de isenções fiscais de maneira a atrair indústrias para seu munícipio. Essas indústrias trazem consigo uma ideologia de geração de empregos que

prometem suplantar os altos níveis de desemprego que a cidade apresenta. Com esse objetivo não se analisa os processos que atingem os trabalhadores, principalmente sua submissão às condições impostas. É de fácil constatação que o mundo do trabalho enfrenta uma intensificação da produtividade, pautada na aceleração do ritmo e velocidade, maior cobrança por resultados e exigência de indivíduos polivalentes. Mas processos como rotatividade, falta de estabilidade são pouco comentados, por isso trazemos para o debate algumas lógicas que vêm espreitando as relações de trabalho na cidade.

Em nosso trabalho percorremos o seguinte caminho expositivo: no primeiro capítulo, intitulado "Metamorfoses no processo produtivo", realizamos uma discussão sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho, conseguimos perceber que este é permeado por uma racionalização que não tem limites, inclusive, ultrapassando a esfera produtiva e alcançando a vida social dos sujeitos. Em resumo, esse capítulo envolve uma discussão teórica sobre as mudanças no capitalismo nas últimas décadas. A partir disso, analisamos a crise do fordismo e a emergência de uma nova produção que se apresenta mais flexível. O objetivo é revelar as transformações no mundo do trabalho e as mutações que ocorrem no espaço da produção. Para isso, utilizamos de autores que abordam essa questão como HARVEY (2012), ANTUNES (2006) e KURZ (1995).

O segundo capítulo "Geografia e História de Hortolândia" realiza um resgate histórico do município de Hortolândia, o que é vital para desvendarmos como a atividade industrial se insere em sua estrutura econômica e a importância que ela adquire com o passar do tempo, chegando a representar um modelo a ser seguido por outras cidades. Vemos que a política de "vender a cidade" é cada vez mais popular. Nesse capítulo é possível ainda, enxergar o processo de interiorização das indústrias que o estado de São Paulo presencia, onde a própria região em que Hortolândia está inserida é "beneficiada".

No terceiro capítulo "Transformações no mundo do trabalho em Hortolândia" é onde tentamos articular a parte teórica com a empírica, temos assim, a proposta de investigação dos impactos da reestruturação produtiva na cidade. Buscamos enxergar esses impactos de uma forma prática: modificações no número de empregados, aumento do desemprego, utilização de novas tecnologias, rotatividade, etc. Além disso, investigamos as mudanças produtivas das empresas, simbolizadas na IBM, principal indústria de ponta presente na cidade, enxergando todas essas transformações em curso, oriundas deste processo de "modernização" e desenvolvimento regional.

1. METAMORFOSES NO ESPAÇO PRODUTIVO

A tese central descrita no livro "Condição Pós-Moderna" de David Harvey é que o mundo enfrenta, desde aproximadamente 1972, mudanças profundas nas mais diversas esferas sociais. Para o autor existem transformações nas práticas culturais e político-econômicas, todas vinculadas "[...] à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço" (HARVEY, 2012, p.07). Dessa maneira, encontramos sinais dessas modificações "[...] em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc." (Ibid., p.117).

Podemos relacionar essas transformações com as oscilações sofridas pelo capitalismo. Sabemos que este sistema econômico é orientado para o crescimento, dessa forma, um momento de 'crise' se configura pela falta de crescimento. Em meados dos anos 1960 uma crise dá sinais de aparição com o esgotamento do modelo fordista. O crescimento exibido até então é interrompido ou, pelo menos, atrapalhado por diversas ocorrências. É possível elencar algumas delas, a partir de HARVEY (2012, p.135):

1) Japão e a Europa Ocidental enfim se recuperam dos vestígios da guerra, conseguem estabelecer seus mercados internos a ponto de ocorrer saturação e necessitarem exportar excedentes para outros mercados, conseguindo reduzir as fatias de mercado e taxas de lucro de seus rivais;

2) Os Estados Unidos, apesar do impulso econômico obtido através das guerras travadas contra à pobreza e também contra o Vietnã, apresentam quedas de produtividade e lucratividade em suas corporações, ocasionando assim um grave problema fiscal;

3) Países do "Terceiro Mundo" [1] passam pelo processo denominado substituições de importações, nesse caso vale mencionar que esse movimento gerou "[...] uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente" (Ibid., p.135).

De modo geral, é possível inferir que os primeiros indícios de crise surgem nos EUA com a queda de produtividade, esta acarreta ao país sua menor capacidade de competir no cenário mundial e, consequentemente, sua busca por uma forma de inverter essa situação.

ANTUNES (2009, p.31-32) traça as evidências dessa crise e aponta o aumento do preço da força de trabalho conjugado com outros elementos causais como responsáveis pela

[1] Segundo Harvey (2012, p.135) particularmente a América Latina.

queda da taxa de lucro. Outras evidências citadas por ANTUNES (Ibid., p.31-32) são: o esgotamento do padrão taylorista/fordista, pois o consumo sofria uma retração e esse modelo de produção não conseguia lidar com essa nova realidade; por estar pautado no consumo de massa, no quantitativo, ou seja, na produção sem limites; a autonomia da esfera financeira frente ao capital produtivo chega a tornar-se campo prioritário à especulação; as fusões ocorridas entre empresas monopolistas e oligopolistas acabam por concentrar cada vez mais capitais; a crise do *Welfare State* [2] força uma retração dos gastos públicos e sua consequente transferência para o capital privado; por fim, há um incremento das privatizações.

Assim, a partir de 1970, quando o capitalismo apresenta um quadro mais crítico, tendo como marcos histórico o choque do petróleo em 1973 e a falência técnica da cidade de Nova York em 1975 (HARVEY, 2012, p.136-137) traz à tona a impossibilidade de superação da crise através do regime fordista, devido principalmente à sua natureza rígida. É possível identificar medidas para romper com esse modelo rígido, pois é através das mudanças implantadas no processo produtivo (no regime de acumulação) que se soluciona, ainda que de maneira temporária, as crises do capital. Iniciou-se dessa forma, uma reestruturação produtiva. Para HARVEY (2012, p.177) a questão é mais ampla e o que entra em discussão é se essa mudança na aparência superficial do capitalismo marca de fato o nascimento de um novo regime de acumulação que teria a capacidade de conter suas contradições durante a próxima geração ou se realmente significa apenas reparos temporários.

Identificamos que mudanças no processo produtivo vêm para solucionar as crises do capital, ao apontar que o modo como se produz pode se tornar sempre mais eficiente do que se apresenta no momento, por isso, existe uma busca incessante de máximo potencial produtivo, isso significa uma racionalização das formas de produção. Porém não ocorrem mudanças apenas no chão da fábrica, mas em todas as esferas da vida, assim um novo tipo de trabalhador produz um novo tipo de homem, um novo tipo de sociedade. A passagem do taylorismo/fordismo para a acumulação flexível seria a chave para entender essas transformações.

1.1 Taylorismo/Fordismo

Devemos entender o taylorismo para conseguirmos chegar às bases que constituem o modelo fordista, por isso, podemos enxergá-los como fenômenos que são complementares.

[2] *Welfare State* significa Estado do Bem-Estar Social, e foi instaurado nos países centrais, onde o Estado proporcionava inúmeros benefícios sociais.

Tanto um como o outro foram responsáveis por inaugurar uma nova cultura do trabalho que não ficou restrita a fábrica, mas atingiu outras instâncias da vida (BARRETO, 2003, p.66). Esses modelos traduzem um mundo onde existe controle extremado, noção de tempo útil e produtividade que ultrapassam o trabalho e o trabalhador, e se manifestam no tempo de não-trabalho [3].

Logo de início, podemos destacar como característica básica, a rigidez. Até os movimentos corporais dos indivíduos passam a ser realizados de maneira racional, tendo, portanto que ser estudadas as possibilidades científicas de se realizar uma mesma tarefa visando à diminuição de desperdícios do tempo e dispêndio de força inútil. O pioneiro nesses estudos foi Frederick Winslow Taylor com uma obra amplamente difundida nas empresas, intitulado "Princípios de Administração Científica" (1911), esta basicamente demonstrava que todo e cada movimento do trabalhador possuem uma ciência. A consequência disso, é que:

> [...] se existe uma ciência para cada tipo de trabalho, as determinações das tarefas não deveriam ser deixadas a cargo dos próprios operários apegados à sua tradição, mas deveriam ser estudadas, classificadas e sistematizadas por cientistas do trabalho, no caso, a gerência científica (RAGO e MOREIRA, 1984, p.19).

Com isso, Taylor trouxe para o sistema fabril a separação entre a forma de se pensar a produção (planejamento, concepção e direção) e sua execução [4], tendo a ciência como carro-mestre. Uma ciência que se apresentava neutra, puramente racional e desinteressada. Porém, não se pode pensar que o taylorismo modificou apenas a forma de se produzir, representando somente uma técnica de produção, mas que isso, ele representou uma técnica social de dominação, pois seu objetivo ia além de fazer com que se economizasse tempo ao cumprir a série de regras impostas pela gerência, seu objetivo era moldar a identidade do trabalhador. Este, como "soldado do trabalho", seria muito mais rentável, logo se percebe que se tratava de uma estratégia de intensificação da mais-valia (Ibid., p. 25). A jornada de trabalho não é modificada nem é inserida uma nova estrutura técnica na empresa, a carga de trabalho aumenta de forma drástica, porque nesse caso existe "[...] uma elevação do grau de

[3] RAGO e MOREIRA (1984, p.11) apontam que 'ir além dos muros das fábricas' talvez tenha sido o principal êxito do Taylorismo: "[...] afinal em múltiplos campos da sociedade, no esporte ou no trabalho doméstico procura-se obter o máximo rendimento do tempo não raro obedecendo-se às regras e instruções ditadas por bulas e guias cientificas de racionalização do agir, do sentir e do pensar".

[4] A proposta de 'administração científica do trabalho' aumenta de forma significativa a intensidade do trabalho sem, contudo, apresentar revoluções tecnológicas, o que existe é um processo de reorganização da produção (DAL ROSSO, 2008, p.56-57).

intensidade, dentro da mesma duração da jornada. Nisso consiste o coração do método científico de Taylor" (DAL ROSSO, 2008, p.61).

Através da racionalização criada por Taylor, Henry Ford inicia simbolicamente em 1914, o fordismo. Ao implantar em uma linha automática de montagem de carros na cidade de Dearbon, no estado de Michigan, o dia de oito horas a cinco dólares (HARVEY, 2012, p.121), Ford trouxe à indústria capitalista alguns elementos novos como a introdução da produção em massa (produtos homogêneos) em decorrência da linha de montagem, além de estabelecer a troca do trabalho pelo salário. Assim:

> O fordismo, em termos práticos, consiste numa combinação do uso da tecnologia, fundamentada na linha de montagem, indissoluvelmente ligada à gerência racional do tempo de produção, com formas atrativas de compensações e trocas com os trabalhadores, como, por exemplo, os salários mais altos do que a média e os diversos benefícios sociais. Este modelo, aparentemente harmônico, esconde nesta aparência de relações de troca uma relação de poder, que é a busca incessante, pelo capital, do domínio completo da sociedade, que antes deve começar com o controle do trabalho e do trabalhador (DRUCK, 1999 apud BARRETO, 2003, p.69).

Mas seu objetivo não era apenas disciplinar o trabalhador ou racionalizar o trabalho, essa ação (instituição do salário), acreditava Ford, possibilitaria ao trabalhador tempo e renda para consumir, e isso poderia ser responsável por solucionar o problema de acumulação, pois as corporações produziam cada vez mais, assim os trabalhadores poderiam aumentar sua demanda de consumo. [5] Para confirmar sua tese e crença nessa regulamentação da economia por um poder corporativo, Ford:

> [...] aumentou os salários no começo da Grande Depressão na expectativa de que isso aumentasse a demanda efetiva, recuperasse o mercado e restaurasse a confiança na comunidade de negócios. Mas as leis coercitivas da competição se mostraram demasiado fortes mesmo para o poderoso Ford, forçando-o a demitir trabalhadores e cortar salários. (HARVEY, 2012, p.122)

Mais tarde, podemos observar que a ideia de Ford não era descartável, por que é essa a essência, por exemplo, do *New Deal*, colocada em prática pelo presidente Franklin Roosevelt, só que dessa vez seria uma intervenção estatal. Através das grandes obras públicas – equipamentos públicos, transporte - promovidas nos Estados Unidos pensava-se em acabar

[5] Ford é o primeiro a sistematizar a relação entre produção em massa e consumo de massa, dessa forma, cria a possibilidade do acesso ao estatuto de consumidor aos trabalhadores. "Antes disso, o trabalhador era concebido somente como um produtor máximo e um consumidor mínimo" (BARRETO, 2003, p.72).

com o desemprego, tendo como consequência o aumento do poder de compra do trabalhador. Vemos o Estado assumindo diversas obrigações:

> Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias [...] (Ibid., p.129).

Se estabelece, dessa forma, uma aliança entre fordismo e keynesianismo, onde "os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc" (Ibid., p.129).

Para HARVEY (2012), o diferencial de Henry Ford era o seu entendimento de que um novo mundo estava surgindo. As transformações no espaço físico da fábrica foram de suma importância, mas elas já estavam ocorrendo de maneira avançada em vários locais, assim:

> O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significa consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova politica de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalidade, modernista e populista (Ibid., p.121).

Desse modo, KURZ (1995) aponta que as inovações de Ford trouxeram uma produtividade impressionante, uma fábrica automobilística até pouco antes da 1ª Guerra Mundial produzia de maneira artesanal e não racionalizada em média de 6 a 10 mil automóveis por ano. Com a racionalização no ano de 1914 foram produzidos 248 mil automóveis. Isso significou uma ampliação da produção e também o barateamento dos produtos, o que tornou possível ao automóvel se transformar em um artigo de consumo de massas. "Este foi o trunfo mais forte de Henry Ford: possibilitar a seus trabalhadores serem proprietários de um carro; isso naquela época parecia revolucionário, por que até então o automóvel era um objeto quase de luxo para os *playboys*" (KURZ, 1995).

É perceptível que a ideia de produtividade e de abundância tornava esse modelo atraente, além da transformação dos indivíduos em "soldados do trabalho" como mencionamos anteriormente. Dessa maneira, houveram algumas experiências adquiridas com a implantação do fordismo/taylorismo em regimes autoritários como o fascista e o nazista. Na Itália, por exemplo, o fascismo e o taylorismo caminharam de mãos dadas, enquanto o primeiro mantinha a ordem social e política, o segundo assegurava a dominação dos patrões

no interior das fábricas (RAGO e MOREIRA, 1984, p.57). Na Alemanha nazista, isso pode ser visualizado nas excessivas cargas de trabalho e desmobilização que os trabalhadores foram submetidos (Ibid., p.83).

Como anteriormente discutido, podemos apontar a crise do fordismo, como uma 'crise do excesso', devido à sua produção em massa. É interessante acrescentar ao debate, que a racionalização de Ford, de início não significou crise, por que aconteceu em um momento de abertura de mercados, onde o aumento de produtividade necessitou de grande contingente de trabalhadores, como explica KURZ:

> Porque agora essa racionalização como tal não levava à crise, mas, a longo prazo (incluindo o boom da 2ª Guerra Mundial), ao seu oposto? Para a produção de cada automóvel a racionalização significava a economia massiva de tempo. Mas a força de trabalho humano, dessa maneira, não foi racionalizada para desaparecer, mas antes a sua própria execução foi por assim dizer racionalizada. [...] E esse enorme salto que a racionalização permitiu em nome da produtividade levou a uma ampliação da produção tão forte que se necessitava não de menos, mas de mais trabalhadores (KURZ, 1995).

Dessa maneira, o autor expõe que a racionalização de hoje significa o oposto disso, pois:

> Com a ajuda da nova tecnologia micro-eletrônica a lacuna que o trabalhador humano ainda ocupava no sistema altamente racionalizado do fordismo, em que ele ou ela assumia por assim dizer a tarefa de um robô chapliniano, esta lacuna será preenchida com os novos potenciais de automatização e comando. (Ibid.,)

A partir de então, iremos abordar como se configura o modo de acumulação flexível e assim partiremos para suas implicações, uma delas é a crise da sociedade do trabalho.

1.2 Emergência de um padrão flexível

A rigidez do fordismo é confrontada pela necessidade de 'flexibilização', essa é a forma que o sistema assume para conseguir retomar as taxas de acumulação. Por isso, se tem início um processo de transição no interior do processo de acumulação do capital. A dita *acumulação flexível*, se:

> [...] apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo

> surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2006, p.140).

Sob o nome de Toyotismo, nasce um regime flexível, este é pensado pelo engenheiro da Toyota, Taiichi Ohno, e se constitui em um conjunto de pressupostos que visam repensar a indústria moderna e seus desperdícios: "A superprodução, os tempos de espera, os transportes desnecessários, os processo de fabricação, os estoques não vendidos, as idas e vindas perdidas e os defeitos de produção são perdas" (DAL ROSSO, 2008, p.63). E nesses quesitos, a cadeia de montagem de Ford estava bem ancorada.

Apesar dessa lista constar diversos tipos de desperdícios, é perceptível a ausência daqueles relacionados ao trabalhador, conseguimos perceber que o fordismo não faz uma referência direta ao trabalhador, e é nisso que Ohno se debruça. Assim o esforço do seu trabalho é voltado para tornar o trabalhador mais eficiente, o que se transforma em uma verdadeira obsessão (Ibid., p.64). Através dessa ação conseguimos apurar como essa questão era crucial para resolver as falhas do sistema enxergadas por Ohno.

A primeira forma encontrada pelo sistema toyotista para resolver esse impasse da eficiência do trabalhador foi a diminuição de efetivos[6]. Com essa ação se torna necessário "[...] atribuir a cada trabalhador o cuidado de diversas máquinas, inclusive aquelas que realizavam tarefas diferentes, o que implicava uma reconversão do trabalho especializado em trabalho polivalente" (Ibid., p.64). Resgatando algumas características do fordismo discutidas anteriormente, podemos inferir que a produção em série e sua linha automática, significaram ao trabalhador sua ocupação em uma única parte do processo produtivo, assim seu trabalho tornava-se repetitivo e fragmentado, já que lhe cabia cumprir apenas uma função, da qual ele se tornava especialista. Diferentemente, no toyotismo o trabalhador torna-se o 'homem flexível', devendo estar apto a ocupar diversos tipos de trabalho, ele é empregado em uma função, mas executa múltiplas tarefas, o que elimina a criação de outros postos de trabalho. Assim, o trabalhador está apto, por exemplo, a operar simultaneamente várias máquinas e o empregador não precisa aumentar o número de funcionários para produzir mais (ANTUNES, 2006, p.31). Portanto, "o toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de

[6] DAL ROSSO (2008, p.64-65) aponta que a história da Toyota é permeada pela redução de efetivos, sendo essa uma condição fundamental do sistema. Essa ação foi tomada pela primeira vez, nos anos 1950, quando em um problema de demanda, a empresa demitiu 20 a 30% de sua força de trabalho, depois de resistir às ações dos sindicatos e não readmitir nenhum trabalhador, apesar das reinvindicações, a empresa conseguiu contornar sua crise. Com o quadro de pessoal reduzido deu conta das demandas, mesmo quando elas aumentaram.

trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado" (Ibid., p.36). [7]

Já pensando em superar o modelo fordista, a Toyota modifica outras dimensões da produção, estabelece, por exemplo, uma nova relação entre a fábrica e o mercado consumidor. Ao contrário do fordismo, sob o toyotismo a produção é conduzida diretamente pela demanda, estando pronta para suprir o consumo, se insere assim, a produção Just-in-time:

> A Toyota passa a experimentar, a partir dos anos de 1950, a produção a tempo certo. [...] No sistema fordista, a empresa produz e empurra suas mercadorias goela abaixo da sociedade que, como está numa época de alto crescimento econômico – os 'trinta anos gloriosos' -, compra tudo que for produzido. Em época de baixo crescimento econômico, a produção fica a reboque do que o mercado consome, o mercado puxa a produção. Daí a ideia de produzir a tempo justo, isto é, somente aquilo que o mercado consome, exatamente no momento e na quantidade em que for necessário (DAL ROSSO, 2008, p.65-66).

A partir daí, são diversas mudanças decorrentes, trabalha-se com estoque mínimo, introduzindo o sistema *kanban*, que são placas utilizadas para a reposição de peças, um processo que ocorre de maneira inversa, pois a reposição de estoques é feita somente após a venda (ANTUNES, 2006, p.34). Além disso, são características fundamentais: "[...] flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação de desperdício, 'gerência produtiva', sindicalismo de empresa" (Ibid., p.35).

A relação mantida com a empresa também pode ser destacada, no toyotismo, os trabalhadores tem um envolvimento muito forte com a produção e seus resultados, tudo funciona a partir de uma equipe de trabalho: "A organização do trabalho está baseada em grupos de trabalhadores [...] inclusive adotando, como um dos critérios de avaliação para promoções e/ou aumentos salariais, o rendimento da equipe a qual pertence o trabalhador avaliado" (DRUCK, 1995, p.89-90). Constitui-se um 'grupo de trabalho' que sofre perdas e ganhos juntos, por fim se instala entre seus membros um tipo de cooperação. ANTUNES (2006, p.42) ao comparar essa relação com o fordismo, aponta que ela "[...] é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória".

Enfim, são inúmeras e contrastantes as transformações que redesenham as relações de produção e de trabalho na sociedade contemporânea. Com base na reflexão realizada por Harvey (2012) sobre a transição entre esses dois modelos (produção fordista e *just-in-time*),

[7] Segundo ANTUNES (2006, p.36) um operário da Toyota trabalha aproximadamente 2.300 horas, em média, por ano, enquanto na Bélgica em empresas do mesmo setor, trabalha entre 1.550 e 1.650 horas por ano.

sintetizamos as mais significativas no campo de trabalho e do processo produtivo através do quadro abaixo (quadro 1):

QUADRO 1 - Contraste entre fordismo e a acumulação flexível nos elementos: processo de produção e trabalho.

CONTRASTE ENTRE O FORDISMO E A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL		
	Produção Fordista	**Produção Just-in-time**
PROCESSO DE PRODUÇÃO	Produção em massa de bens homogêneos	Produção em pequenos lotes
	Uniformidade e padronização	Produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipo de produto
	Grandes estoques e inventários	Sem estoques
	Testes de qualidade *ex-post* (detecção tardia de erros e produtos defeituosos)	Controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros)
	Produtos defeituosos ficam ocultados nos estoques	Rejeição imediata de peças com defeito
	Perda de tempo de produção por causa de longos tempos de preparo, peças com defeito, ponto de estrangulamento nos estoques, etc	Redução do tempo perdido, reduzindo-se a "porosidade do dia de trabalho"
	Voltada para os recursos	Voltada para a demanda
	Integração vertical e (em alguns casos) horizontal	Integração (quase-) vertical, subcontratação
	Redução de custos através do controle dos salários	Aprendizagem na prática integrada ao planejamento a longo prazo
TRABALHO	Realização de uma única tarefa pelo trabalhador	Múltiplas tarefas
	Alto grau de especialização de tarefas	Eliminação da demarcação de tarefas
	Pouco ou nenhum treinamento no trabalho	Longo treinamento no trabalho
	Organização vertical do trabalho	Organização mais horizontal do trabalho
	Nenhuma experiência de aprendizagem	Aprendizagem no trabalho
	Ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador (disciplinamento da força de trabalho)	Ênfase na corresponsabilidade do trabalhador

Fonte: SWYNGEDOUW, 1986 apud HARVEY, 2012, p. 167-168 (adaptado pela autora).

Esse quadro a fim de fazer uma oposição entre os modelos, contrastando-os, acaba por exagerar certos elementos, por exemplo, quando se pensa na questão da aprendizagem do trabalhador. De acordo com o quadro, no fordismo essa aprendizagem acontecia de maneira precoce e se resumia à adaptação do trabalhador ao movimento uniforme e contínuo da máquina. No regime de acumulação flexível, não existiria aceitação de defeitos e erros na produção, por cada etapa ser necessariamente inspecionada, o trabalhador estaria extremamente preparado para lidar com os "problemas" assim que eles surgirem. Assim o quadro sugere que a empresa contratante oferece, nesse regime de acumulação flexível, um longo treinamento ao trabalhador, o que não é necessariamente verdade. Sabemos que nesse regime existe uma flexibilidade maior quanto às contratações e demissões de funcionários, dessa forma, nos vínculos de curta duração não há interesse da empresa em "integrar" os trabalhadores em programas de treinamento, trata-se estritamente do uso da força de trabalho. (SOUZA SANTOS, s/d, p. 41).

De modo geral, sabemos que a inserção do modelo fordista/taylorista de produção, trouxe com o tratamento científico uma intensificação do trabalho e da produtividade. Da mesma forma, o modelo de acumulação flexível surge representando uma reorganização produtiva que visa uma superação da crise do capital, existindo assim a "tecnologização da ciência", termo sugerido por MÉSZÁROS (1989 apud ANTUNES, 2006, p.12). Essa discussão traz à tona o papel crescente que a ciência exerce nas relações de trabalho e capital: afinal, a ciência poderia tornar-se a principal força produtiva?

1.3 Inserção de tecnologia: Contradição

ANTUNES em seu livro "Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho" faz um balanço das mudanças que ocorreram nos anos 80 relacionadas ao modo como a inserção de tecnologia (automação, robótica, e microeletrônica) acarretam novas formas de se produzir, logo, novas formas de se relacionar nos espaços produtivos. O modo contemporâneo do trabalho, segundo o autor, enquanto expressão do trabalho social é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos (ANTUNES, 2006, p.10).

A revolução tecnológica que se instalou pós-década de 70 estava baseada na introdução de tecnologias do setor de informática e microeletrônica na esfera produtiva, isso significou um impacto bem maior do que se imaginava. Segundo COGGIOLA (1996, p.51), o conceito que se tinha anteriormente de máquina a decompunha em três partes principais, o

motor, transmissão e ferramenta. O surgimento do microprocessador trouxe a possibilidade de uma nova parte integrante do sistema máquina: o controle, assim, as máquinas passaram a ser programáveis. COGGIOLA (1996) faz uma reflexão acerca da introdução da automação no processo produtivo, distinguindo-o dos automatismos (que já eram utilizados na fase de mecanização) [8]. A automação que surge na década de 70 atinge a produção em série, ou seja, um setor que tradicionalmente utilizava de forma intensa a mão-de-obra,

> [...] automação que só seria atingida através das novas tecnologias, as 'máquinas pensantes': a transferência para as 'máquinas' de um novo tipo de função cerebral abstrata – característica própria da automação – está no cerne da revolução informática, já que essa transferência tem por consequência fundamental o deslocamento do trabalho humano da *manipulação* para o tratamento de símbolos abstratos, e, portanto para o 'tratamento' da informática (COGGIOLA, 1996, p.52) [destaques do autor].

Dessa forma, o desemprego é um pressuposto básico da inserção da 'nova automação'. Interessante que o nome popularizado no final de 1970, para as máquinas automáticas era *"job killers"*. Através dessa denotação vemos o papel contraditório exercido pela tecnologia, ao mesmo tempo em que tem potencial para aliviar o fardo do trabalho, libertar o trabalho humano, ela pode causar a destruição do mesmo (COGGIOLA, 1996, p.53; HARVEY, 2013, p.198).

Através da análise de HARVEY (2013, p.204) podemos listar pelo menos 3 consequências da introdução da máquina para o trabalhador: apropriação de forças de trabalho subsidiárias pelo capital, prolongamento e intensificação da jornada de trabalho. De início, uma das consequências é que pessoas que não tinham uma base técnica, como mulheres e crianças, foram incorporadas ao processo produtivo e ingressaram de forma precária no mercado de trabalho, resultando ainda, numa diminuição do salário individual o que pode ser compensado pelo salário familiar, já que outros membros da família passaram a fazer parte da constituição da renda. O prolongamento da jornada de trabalho é resultante de uma lógica que ultrapassa questões naturais do homem, a máquina "[...] é concebida, em parte, para vencer a resistência do trabalhador" (Ibid., p.205) dessa maneira, não importa se é dia ou noite, afinal, a máquina não pára:

> [...] o chamado trabalho por turnos ampliou-se cada vez mais no século 20. Com o auxílio de dois ou mesmo três turnos, as máquinas são mantidas em

[8] O termo automação diz respeito a todo instrumento ou objeto que funcione sem a intervenção humana, podendo ser aplicado a qualquer tipo de máquina ou artefato que opere desse modo.

> funcionamento quase ininterrupto, com breves pausas para a troca de pessoal, manutenção e limpeza (KURZ, 1997, p.3).

Além disso, existe uma intensificação da jornada de trabalho. Com a tecnologia é possível regular a intensidade e o ritmo do processo produtivo, o alvo principal é a redução da chamada porosidade da jornada de trabalho, aqueles instantes em que o trabalho não é realizado:

> Com a tecnologia mecanizada, a velocidade e a continuidade são determinadas pelo sistema da máquina, e os trabalhadores têm de se adequar ao movimento da linha de produção [...]. Ocorre uma inversão nas relações sociais: os trabalhadores tornam-se apêndices da máquina (HARVEY, 2013, p.208).

Ser apêndice da máquina significa a perda do 'controle' pelo trabalhador da atividade que ele está realizando, ou seja, existe uma transferência do seu saber, assim o trabalhador passa a servir a máquina, não sendo o principal. É possível, enxergar que nesse momento existe uma cisão entre o trabalho manual e a concepção mental do trabalho, mas que isso, "a habilidade reside agora naqueles que projetam as máquinas, nos engenheiros etc., que se tornam um pequeno grupo de trabalhadores altamente especializados [...]" (Ibid., p.213).

A partir de então o mundo do trabalho sofre uma múltipla processualidade, de um lado verifica-se uma 'desprotelarização do trabalho industrial fabril', por outro, cria-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado no setor de serviços. Acaba que o chamado terceiro setor vem incorporando os trabalhadores "expulsos" do setor industrial (ANTUNES, 2006, p.49). No próximo tópico analisaremos as implicações do modo de acumulação flexível de maneira mais detalhada.

1.4 Implicações: Desemprego, Flexibilização, Precarização do trabalho e Dispersão Geográfica

A onda de desemprego, precarização e flexibilização das relações de trabalho parecem ser uma exigência da acumulação capitalista no final do século XX. O custo do trabalho sempre foi uma das principais preocupações dos capitalistas, com a crescente substituição de trabalhadores por máquinas é possível diminuir o número de pessoas envolvidas com a produção. Isso significa para o mundo do trabalho uma explosão de desemprego.

Em relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) o desemprego mundial demonstra uma tendência a aumentar, assim o número de desempregados, só no ano de 2012, aumentou em 4,2 milhões, chegando a atingir 197 milhões de pessoas, uma taxa de

desemprego de 5,9 por cento, de acordo com as Tendências Mundiais de Emprego 2013. O que se vê é um pessimismo em médio prazo, pois as previsões indicam que a "recuperação econômica mundial não será suficientemente forte para reduzir o desemprego com rapidez e estima-se que o número de pessoas em busca de trabalho aumentará em até mais de 210 milhões durante os próximos cinco anos". [9] Vemos que o desemprego muitas vezes é atribuído somente às crises e por isso parece estar passível de uma recuperação, porém existe um tipo de desemprego que é cada vez mais comum e apesar de todos os esforços para detê-lo é impossível extingui-lo, pois é inerente ao próprio sistema é o chamado desemprego estrutural:

> Isso tem algo a ver com o fato de não tratar-se de um puro movimento cíclico. O ciclo normal, por assim dizer, do movimento capitalista, é recoberto por um outro problema, muitas vezes chamado de crise estrutural. Por isso, fala-se hoje já em desemprego estrutural em massa e não apenas em desemprego cíclico. Isto quer dizer que as cifras do desemprego não se reduzem na fase de recuperação cíclica da conjuntura, mas ao contrário, elas ainda se ampliam (KURZ, 1995).

Quando analisamos as Tendências Mundiais de Emprego de 2013 para a América Latina, estas demonstraram melhores condições no mercado de trabalho em comparação a países europeus [10], assim o desemprego no Brasil, de acordo com dados oficiais da OIT no início de 2012 estava em 6%. Esse "baixo" número de desemprego (sem pensar em truques estatísticos que podem ter embelezado esses números) não significa que as condições enfrentadas pelos trabalhadores sejam as melhores possíveis, aliada ao desemprego, outra tendência vem se consolidando a da flexibilização do trabalho, HARVEY aponta elementos interessantes para esse debate:

> Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo. A mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação [...] ou do trabalho temporário [...]. A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que

[9] Ver "Desemprego mundial aumenta novamente, mas com grandes diferenças regionais" Disponível em < http://www.oitbrasil.org.br/content/desemprego-mundial-aumenta-novamente-mas-com-grandes-diferencas-regionais> Publicado em 22/01/2013.

[10] No Brasil as taxas de desemprego de 2012 são menores que em 2009. Por exemplo: o desemprego no Brasil, no início de 2012 estava em 6% ficando atrás de países europeus, como Inglaterra (8,1%), França (9,3%) e Espanha (21,7%) que passam por uma crise financeira mais vigorosa (OIT, 2013).

> entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. (HARVEY, 2006, p.144)

Mesmo, enxergando que a flexibilidade pode ser benéfica para o trabalhador, pois este pode ter uma liberdade de tempo maior [11], isso não é a regra, ao se ter um trabalho *part-time*, o recebimento do "salário" é condizente com as horas trabalhadas, dessa forma, ao trabalhar poucas horas o individuo terá um recebimento equivalente. Passa a ser comum, por exemplo, pessoas que trabalham em dois empregos para a complementação de renda. Para as empresas, os benefícios são mais visíveis, VASAPOLLO (2006) faz um levantamento de como a flexibilidade é entendida, ela permite:

> Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; - Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite; - Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional; - Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em características. (VASAPOLLO, 2006, p. 45)

A flexibilidade é então, uma das alternativas utilizadas pelos empregadores para diminuir custos, pois se coloca a disposição empregos com salários mais baixos e sob condições precárias, que os indivíduos acabam por aceitar por não terem outras opções. Os trabalhadores sujeitados a esses trabalhos, nas estatísticas oficiais, são responsáveis por diminuírem os índices de desemprego. Mas é evidente que o nível dos empregos ofertados é bem baixo, por que não existem vínculos formais entre empregado e empregador, assim vários dos direitos trabalhistas assegurados pela lei não são, de fato, ofertados pelos trabalhadores. Desse ponto de vista, as empresas são as que mais ganham, sobrando ao trabalhador apenas incerteza de permanência no trabalho.

Quando falamos em precarização do trabalho não é algo desconhecido pelos trabalhadores já que é uma das características básicas das relações de trabalho na pós-modernidade. São exemplos: baixos salários, jornadas excessivas, deslocamentos diários longos, trabalho abaixo das qualificações do indivíduo, falta de instrumentos de segurança no

[11] "Ainda havia esperanças, nos anos 80, de que a nova tendência de flexibilização das relações de trabalho talvez pudesse ser dobrada para fins emancipatórios [...] O indivíduo flexível deveria ser o protótipo daquele que não se submete mais incondicionalmente às injunções do trabalho e do mercado, daquele que, por conquistar um tempo livre para a ação independente e autônoma, é capaz de definir livremente seus objetivos. Falava-se de "pioneiros do tempo", que ganhariam a "soberania do tempo" para usá-lo em benefício próprio [...] (KURZ, 1999)

trabalho, ou seja, condições impostas aos trabalhadores quando enfrentam a dura realidade do mercado de trabalho e não têm outra opção a não ser submeter.

Quando tratamos do toyotismo, conseguimos entender o mecanismo utilizado para desmobilizar a força de trabalho, este aparecia combinando repressão com cooptação. Vemos a partir de então, uma subordinação dos trabalhadores ao universo empresarial, surgindo o sindicalismo de envolvimento que é em sua essência, manipulado. (ANTUNES, 2006, p.33-34) Além disso, Ohno sugeria concomitantemente a outras medidas, a aplicação de capital intensivo ao invés de emprego intensivo, o que precarizava ainda mais as relações trabalhistas e diminuía o número de postos de trabalhos gerados. A partir disso, pode ser dado destaque para o desmantelamento que atinge à classe trabalhadora, vemos, por exemplo, a tendência de diminuição das taxas de sindicalização principalmente na década de 1980 (Ibid., p.67).

Os países periféricos com suas leis trabalhistas mais frágeis tornam-se destino de grandes indústrias. A questão da 'produção dispersa' já não é um empecilho, através do avanço da tecnologia de transportes, ou melhor, do fenômeno *"compressão espaço-temporal"* (HARVEY, 2012), o mundo torna-se mais globalizado e as trocas entre os países mais distantes podem ser realizadas. Apesar das distâncias, existe a vantagem de uma mão-de-obra desorganizada e os consequentes, baixos salários. Podemos identificar como implicações territoriais da reestruturação uma dispersão geográfica, esta é impulsionada pela procura de áreas com mão-de-obra mais barata:

> [...] a subsequente desvalorização do poder do trabalho e a consistente degradação relativa da condição da classe operária nos países capitalistas avançados tiveram então como paralelo a formação de um proletariado imenso, amorfo e desorganizado em boa parte do mundo em desenvolvimento. Isso gerou uma pressão descendente sobre as taxas de salário e as condições de trabalho em toda parte. Forças de trabalho de baixa remuneração facilmente exploradas associaram-se à crescente facilidade de mobilidade geográfica da produção na abertura de novas oportunidades de emprego lucrativo de capital excedente. (HARVEY, 2012 [b], p.59)

Temos um espaço mundial sendo transformado profundamente. Engana-se quem imagina que o espaço perde significado, pois apesar da queda de barreiras espaciais, os espaços passam a ser mais disputados. A diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar até as pequenas diferenciações espaciais, assim os capitalistas dão muito mais atenção às vantagens locacionais relativas, "pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infraestruturas etc. assumem crescente importância" (HARVEY, 2012, p.265).

Dessa forma, já que existe maior sensibilidade do capital as variações dos lugares dentro do espaço, sob as condições de acumulação flexível surge um Estado empreendedor, disposto a ofertar uma atmosfera atrativa para os negócios:

> Se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõe a geografia do mundo, é possível que as pessoas e forças que dominam esses espaços os alterem de um modo que os torne mais atraentes para o capital altamente móvel. As elites dirigentes locais podem, por exemplo, implementar estratégias de controle da mão-de-obra local, de melhoria de habitantes, de fornecimento de infraestrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal etc., (Ibid., p.266).

As cidades passam então, a se esforçarem para oferecer essas condições almejadas pelas empresas, o que aumenta a competição entre os lugares. Nos próximos capítulos veremos o caso da cidade de Hortolândia que tem participado dessa "guerra" de maneira bem intensa, o que ocasiona algumas consequências que também serão discutidas.

2. GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE HORTOLÂNDIA

A cidade de Hortolândia, localizada na Região Metropolitana de Campinas (RMC), emancipou-se de Sumaré apenas em 1991, mas mesmo assim possui destacada importância para a compreensão de um processo amplo que ocorreu à Região Metropolitana de São Paulo. A "interiorização das indústrias" foi, no estado de São Paulo, parte de uma política de desenvolvimento urbano, regional e industrial que buscava a interiorização do próprio "desenvolvimento".

Esse processo foi estimulado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1974-78), que tinha como objetivo o deslocamento dos investimentos produtivos e do crescimento econômico do eixo Rio-São Paulo, para isso, gerava investimentos e criava novos polos industriais em outras regiões (GONÇALVES JÚNIOR & CORRÊA, 2013, p.3). As próprias regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo passariam a ser consideradas como "áreas de contenção" (pelo II PND), pois estariam apresentando sérios problemas de congestionamento, superurbanização e poluição (PIQUET, 2007, p.66), dessa forma, as propostas apresentadas eram:

> Desconcentração intra-regional do sistema urbano dominante na região, principalmente o esforço prático de evitar o crescimento excessivo das grandes aglomerações urbanas de São Paulo e Rio de Janeiro; Coordenação dos investimentos em infraestrutura e regulamentação do solo nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, de modo a conter a taxa de crescimento dessas metrópoles e a induzir a descentralização das atividades produtivas, particularmente das industriais, para centros periféricos de médio porte que apresentem potencialidades locacionais (Ibid., p.66-67).

A fuga das indústrias do centro para a periferia do capital, como abordamos no capítulo anterior, toma outros contornos, pois agora existe um duplo processo, procura-se sair do centro da própria periferia. Assim, além das vantagens locacionais onde busca-se melhores ofertas nas políticas de atração industrial (isenções de impostos e de taxas municipais, doação de terrenos, criação de distritos industriais) existe as vantagens ligadas à desmetropolização: como disponibilidade de grandes terrenos e a fuga dos congestionamentos da metrópole. Pode ser incluída também a procura por força de trabalho menos organizada. Nesse contexto a região de Campinas se destaca, pois:

> O plano [PND II] somado ao agravamento das condições urbanas e de circulação, e por consequência o aumento dos custos em meio a aglomeração, juntamente com as pressões geradas pelos sindicatos sobre empresas, particularmente localizadas no ABC da RMSP, incentivou a busca de novos locais para sua reimplantação, dirigindo-se em grande parte para a atual RMC (GONÇALVES JÚNIOR & CORRÊA, 2013, p.3-4).

Assim, a região de Campinas nos anos de 1970 tem expressivo crescimento de sua indústria de transformação e, na década seguinte, consegue se consolidar como *"o maior parque industrial do interior paulista"* (NEGRI, 1992 apud MELO, 2012, p.104). Isso só demonstra uma transformação na lógica espacial o que, consequentemente altera as funções assumidas pelas cidades. Se por um lado há perda de plantas fabris pela metrópole, não significando perda do comando/gestão, pois as empresas mantêm seus pontos de comando. Por outro lado, a exemplo das cidades do interior paulista, a partir da descentralização industrial estas "[...] assumem novos papéis na rede urbana [...], outrora designados à capital paulista, seja através da diversificação de sua economia até a formação de grandes centros polarizadores de atividades industriais" (MARIGHETTI, 2014, p.4). Dessa forma é interessante constatar que "[...] com o desenvolvimento do chamado pós-fordismo, algumas parcelas do espaço geográfico se especializam e se tornam não apenas substrato físico para a instalação de novas empresas, mas verdadeiras 'pontes' entre o local e o global" (Ibid., p.7).

No caso da cidade de Hortolândia é possível perceber uma conexão à cadeia global, como veremos no decorrer deste trabalho, porém, primeiramente é necessária uma análise do histórico de ocupação do município, assim tentaremos mapear quando a atividade industrial se insere em sua estrutura econômica, contexto essencial para entendermos o processo pelo qual a cidade vem passando.

2.1 Nasce um pequeno vilarejo: "Jacuba"

É possível, ao retroceder no tempo, percorrer várias etapas em busca das origens da cidade Hortolândia. Sendo a primeira etapa, a utilização do seu espaço físico apenas como rota de passagem para tropeiros, colonos e também escravos. A presença de um riacho em seu território acabou servindo como ponto de parada a esses transeuntes que usavam suas margens para descansar e se alimentar. Nomeado de Jacuba em função de uma alimentação típica feita pelos tropeiros - pirão com água, farinha de mandioca e açúcar (ou mel), às vezes temperado com cachaça – o riacho, também deu seu nome para o pequeno vilarejo que nasceu daquele ponto de parada (KURKA, 2008, p.117; PASCHOAL, 2012, p.27). Dessa forma, o local foi

se transformando, passando de um simples "caminho", para um local de permanência, onde as pessoas começaram a se fixar, porém, de forma ainda muito inexpressiva.

O vilarejo Jacuba esteve primeiramente vinculado a Campinas, cidade que representava um dos mais prósperos centros urbanos da época. Esta conseguiu grande visibilidade ao se destacar, do final do século XVIII até a primeira metade do século XIX, como o maior centro produtor de açúcar do Estado de São Paulo, chegando a fazer parte de uma rede urbana estimulada por essa atividade. Assim, a cidade se constituiu desde cedo como um importante centro de dispersão de estradas, um eixo de comunicação e ligação de regiões, centralizando a produção agrícola regional e também uma parte do transporte da produção açucareira. (OLIVEIRA, 2008, p. 35)

A partir de 1835, houve a inserção da cultura cafeeira que também possibilitou no período entre 1860 e 1870, o título de maior produtor de café da província. O plantio de café se expande no interior paulista, trazendo a necessidade de abertura de novos mercados voltados à população que não habita o campo, uma classe média urbana, demandando bens de consumo e serviços, assim, temos o estabelecimento de um setor secundário. O interessante é constatar que:

> O dinheiro do café introduzido nas cidades impõe uma nova dinâmica para as cidades, elas exigem inovações técnicas, nova infraestrutura urbana e de serviços públicos, [...] absorvem novos profissionais e outros serviços que vão modernizar a infraestrutura física, comercial e financeira (Ibid., p. 35).

Temos a própria composição da população sofrendo transformações, pois ocorre uma substituição de mão-de-obra, o trabalho escravo dá passagem a utilização de mão-de-obra imigrante, favorecendo uma migração europeia para a região (SIQUEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2008; SEMEGHINI, 1988). Essa mão-de-obra também vai ser responsável pelo cultivo de outra cultura com muita relevância na história econômica de Campinas, o algodão. Paralelamente ao café, em 1860 o algodão tem participação expressiva nas exportações do país, principalmente em função do crescimento da indústria têxtil[12], culminado em uma diversificação da economia.

Enfim, podemos perceber o dinamismo proporcionado pela produção agrícola, tornada *"capital agrícola da província"* (SEMEGHINI, 1988) Campinas, em decorrência do fluxo econômico trazido a região começa seu processo de modernização. Com toda essa

[12] Campinas chega em 1930 a ser o terceiro produtor do estado (KURKA, 2008, p.115).

"efervescência", a cidade inaugura em 1872, um símbolo de modernidade na época [13], uma Estação Ferroviária, esta possibilitou a comunicação com Jundiaí, uma das cidades mais antigas da região e também com o porto de Santos. A partir daí, novos ramais são criados, como o de Santa Bárbara, onde os trilhos passariam justamente pela região do Jacuba. Porém não havia uma estação no vilarejo, os trens passavam, mas não paravam (PASCHOAL, 2012, p.31). Somente 45 anos depois, em 1917, que a Companhia Paulista inaugura uma Estação Ferroviária no povoado, nessa mesma época, é também, anunciada a criação de uma escola. Estes são marcos muito importantes historicamente, pois, foram responsáveis pelo aumento no número de moradores do vilarejo, nada comparado, entretanto, ao ritmo apresentado por Campinas:

> Até 1940, a população de Jacuba não ultrapassava os 1.000 habitantes, segundo Francisco Antônio de Toledo. Enquanto isso, a população de Campinas, estava em 129.940 habitantes, Jacuba representava, portanto, apenas 0,8% de toda a população de Campinas (Ibid., p.33).

Importante ressaltar que a atividade econômica predominante em Jacuba era a atividade pecuária (não estava pautada na produção de açúcar, café ou algodão como Campinas). A agricultura estava voltada para a subsistência, mas a criação de gado, fez do local um importante ponto de embarque bovino, o número de cabeças de gado, inclusive, superava em muito o tamanho da população do povoado (Ibid., p.33).

Enquanto isso, o atual município de Sumaré, que posteriormente viria a estabelecer vínculo com Jacuba, existia como distrito de Rebouças. Como pode ser visualizado na figura 1:

[13] Segundo TOLEDO (1995, p.62) A euforia que tomou conta de toda Campinas pela chegada do trem pode ser sentida pelo entusiasmo com que os jornais da época saudavam a façanha. O jornalista Quirino do Santos escreveu "Logo o estridente clarim do vapor há de tocar à chamada, e nós estaremos a postos para a grande comunhão dos povos cultos. Entretanto, o poderoso agente do progresso vai já acordando os ecos longínquos das nossas florestas."

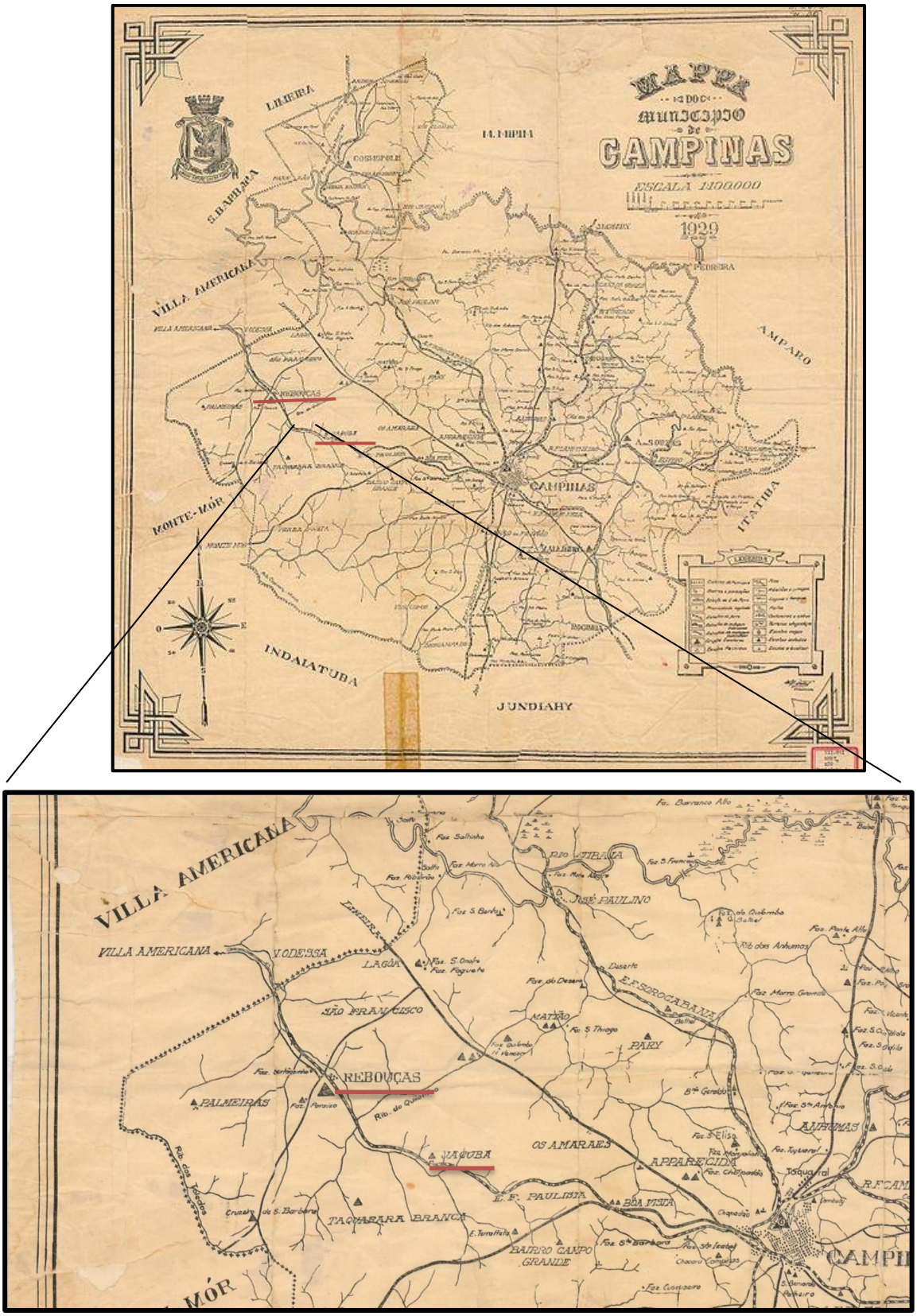


FIGURA 1 - Mapa do município de Campinas de 1929,
Fonte: Pró-Memória de Campinas

Subordinado a Campinas, Rebouças teve origem semelhante ao do vilarejo, utilizado como local de passagem, mas diferentemente deste, teve a inauguração de um ponto de parada da estação ferroviária bem cedo, em 1873, o que foi responsável por gerar muito mais dinamismo que Jacuba. Com essa ferrovia, as fazendas de café podiam escoar sua produção e, dessa forma, o distrito se desenvolveu no entorno da estação. A importância de Rebouças era tamanha, que em 1909 foi elevada a Distrito de Paz [14], lhe conferindo uma subprefeitura, e em decorrência melhoramentos em sua infraestrutura. Foram instaladas iluminação pública e muitas resoluções assinadas pela Câmara Municipal de Campinas se estendiam a seu distrito, como intervenções em sua estrutura urbana: calçamento, colocação de sarjetas, nivelamento de ruas, construção de pontes. (OLIVEIRA, 2008, p.82; TOLEDO, 1995, p.105). Com isso podemos perceber que aos poucos Sumaré, ao contrário do vilarejo vizinho, foi sendo dotada de infraestrutura.

2.2 Introdução das indústrias

A crise da cafeicultura, reflexo de crises no âmbito nacional e mundial, trouxe ao país uma política de substituição de importações (1930-1956) levando, especialmente à cidade de São Paulo, a uma grande expansão industrial. Em Campinas, o processo de urbanização e industrialização significou sua consolidação como sociedade urbano-industrial e com isso transformações em vários aspectos inerentes a esse tipo de sociedade: acréscimo significativo de população e até especulação imobiliária (KURKA, 2008, p.116; SEMEGHINI, 1988, p. 136).

Como anteriormente abordado, o café proporcionou a Campinas abertura de novos mercados. A indústria ganha força justamente com a dinâmica cafeeira, e a partir dela se diversifica, por isso ocorre a implantação de novos ramos e setores. Em Campinas começaram a se destacar as indústrias têxteis e o núcleo metal/mecânico. (SEMEGHINI, 1988, p. 95). No povoado de Jacuba, a instalação da primeira indústria foi em 1947: se tratava da Cerâmica Ortolan, iniciativa de um empresário – João Ortolan -, que também investiu na aquisição de terras, construindo um loteamento com seu nome: Parque Ortolândia.

Tanto a autorização para a instalação da indústria quanto do loteamento estavam devidamente assinados pela Prefeitura Municipal de Campinas, a qual o vilarejo estava

[14] A elevação para Distrito de Paz tem como principal característica a eleição de um subprefeito, mas outra característica fundamental é que as verbas e despesas das subprefeituras passam a ser orçadas e administradas separadamente, ou seja, a subprefeitura obtêm autonomia para gerenciar sua verba. (OLIVEIRA, 2008, p.79)

vinculado. Situação que se transforma em 1953, quando a cidade perde o distrito de Sumaré através de um plebiscito. Ao se emancipar, Sumaré, que sempre teve uma ligação muito forte com Jacuba, em parte por sua proximidade, anexa o vilarejo às suas terras como Distrito de Paz. O nome Jacuba permaneceu até 1958, quando um projeto de lei, visando distinguir o distrito de outro com o mesmo nome, propõe a mudança. Pelo desenvolvimento do vilarejo ter sido promovido pelo empresário João Ortolan, que através de seus empreendimentos contribuiu fortemente com o crescimento de uma dinâmica própria do vilarejo, a origem do nome do distrito (Hortolândia) lhe foi conferida, associando-se também a proximidade a hortos florestais.

Quando ocorre o desmembramento, Sumaré era composta por pouco menos de 6.000 habitantes, situada numa área de desenvolvimento industrial começa a ser alvo de migrações internas. Em consequência da alta intensidade desse processo migratório, o município passa por um processo de urbanização acelerada, além de um processo precário de assentamento da população migrante. Sendo assim, uma parte considerável dos migrantes foi incentivada a ocupar o distrito de Hortolândia, pois este apresentava custo de vida mais baixo, por seus terrenos não terem infraestrutura (SIQUEIRA, 2008, p.11). Por esse motivo, o distrito de Hortolândia apresenta crescimento acelerado, em algumas décadas tendo acréscimo populacional maior que o distrito-sede, como pode ser visto na tabela abaixo (tabela 1):

TABELA 1 - População total do município de Sumaré por distritos (1960-1991)

Distritos	1960	1970	%	1980	%	1991	%
Sumaré (distrito-sede)	5.972	13.996	134,3	31.709	126,5	66.011	108,1
Hortolândia	**2.661**	**4.630**	**73,9**	**33.044**	**612,9**	**78.011**	**136,0**
Nova Veneza	2.030	4.440	118,7	37.081	734,5	82.203	121,6
TOTAL MUNICÍPIO	10.663	23.066	116,3	101.834	341,3	226.225	122,1

Fonte: TOLEDO (1995, p.161)

Sendo destino de migrantes interestaduais de baixa renda, principalmente nordestinos, a identidade política e social do distrito de Hortolândia se difere do distrito-sede que estava associada à imigração europeia.[15] O que colabora para a criação e manutenção de uma relação de desigualdade no acesso ao poder político, devido "[...] a inexistência de identidade política e social entre as populações das duas espacialidades" (Ibid., p.10). Em contrapartida, a maior proximidade de Campinas faz com que os efeitos da expansão industrial sejam sentidos mais

[15] Sumaré se destaca nas primeiras décadas do século XX, pela imigração de diversas nacionalidades: russos, italianos, alemães, ingleses, belgas, húngaros, austríacos, portugueses, espanhóis, suíços, norte-americanos e outros (TOLEDO, 1995, p.111). Hortolândia, porém, era um distrito onde não houve o estabelecimento de núcleos de colonização.

rapidamente no distrito, ocorrendo, portanto, diversas instalações de indústrias em seu território (processo que será descrito mais detalhadamente à frente). Como resultado, a arrecadação de impostos de Hortolândia representava quase 50% da arrecadação municipal já no ano de 1977 [16], fazendo com que o discurso das autoridades sumareenses estive propenso à não-separação, pois essa começava a ser cogitada. Em resumo, apesar de não haver "identidade" entre as populações do distrito-sede e de Hortolândia, esta era extremamente rentável para a cidade, o que já era suficiente para sustentar o argumento contrário à emancipação.

Logo, porém, a insatisfação dos moradores do distrito de Hortolândia com a administração feita por Sumaré vai tomando maior proporção. Várias edições dos jornais locais demonstram a péssima condição em que o distrito se encontrava, cenário este cada vez mais discutido na comunidade. Em uma manchete da Folha de Sumaré intitulado "Hortolândia - A mina abandonada" podemos acompanhar a forma como o assunto repercutia "Talvez inexista sobre a face da terra, uma comunidade tão injustiçada, e com tanta falta de atenção pelos poderes públicos como Hortolândia. Antigamente, era o filho pródigo de Sumaré, hoje, inverteram-se os papéis" [17]. Em outra edição desse mesmo jornal a manchete "O velho problema de Hortolândia" aponta um esboço de como o distrito se encontrava em relação a um dos seus principais problemas, a água, relatando a ocorrência de contaminação de poços artesianos, o artigo finalizava com as frases: "Este é o retrato da Hortolândia de hoje. Um Distrito rico teoricamente, mas na verdade o primo pobre do município" [18].

Nessa atmosfera de contrariedade, se inicia reinvindicações em prol da emancipação. Acreditando que não havia o retorno proporcional da receita gerada pelo distrito vários grupos de moradores se organizam em busca de sua autonomia.

2.3 Emancipação

Ao dissertar sobre o processo de emancipação do munícipio de Hortolândia, KURKA (2008) elabora uma matriz de periodização da história da cidade, a partir de algumas características como fluidez do espaço, industrialização, urbanização, infraestrutura e habitação. É interessante incluir esses elementos e a própria periodização em nossa análise, como forma de perceber as etapas que foram percorridas pelo município e culminaram em sua emancipação. Fica muito claro o papel desses elementos na transformação até mesmo das

[16] Folha de Sumaré, 12 de junho de 1977 – "Hortolândia- a mina abandonada".
[17] Folha de Sumaré, 12 de junho de 1977 – "Hortolândia- a mina abandonada".
[18] Folha de Sumaré, 24 de julho de 1977 – "O velho problema de Hortolândia".

ações populares, pois vendo os benefícios sendo concedidos apenas às empresas sem nenhum retorno aos moradores, é que se constrói uma inconformidade com a administração.

A periodização de KURKA (2008) separa a história do município em três períodos: De 1953 até 1974, de 1975 até 1991, e finalmente, 1992 a 2008. Voltamos nossa atenção para os dois primeiros períodos referidos, que dizem respeito ao período que o distrito de Hortolândia pertencia à cidade de Sumaré. A justificativa encontrada pela autora para agrupar esses anos demonstram eventos que impactaram a forma organizacional do território, e também a organização politica dos moradores, ou seja:

- 1953-1974: Período de emancipação de Sumaré de Campinas e a anexação de Hortolândia como distrito de Sumaré.
- 1975-1991: Existe uma participação social muito intensa. Movimentos sociais e também sindicais iniciam ações politicas que resultam em atos reivindicatórios, chegando a criar um movimento pró-emancipação de Hortolândia.

Voltando as mudanças descritas pela autora, podemos elaborar dois quadros (quadro 2 e 3) referindo-se às mais significativas:

QUADRO 2 - Mudanças no período de 1953-1974 no município de Sumaré

Elementos:	**Fluidez no território**	**Industrialização**	**Urbanização e Infraestrutura**
1953-1974	- Inauguração da via Anhanguera - Leis que transformaram alguns imóveis particulares em objetos de utilidade pública para serem usadas em alargamentos, prolongamentos e abertura de ruas e avenidas. - Criação do Serviço de Estradas de Rodagem do município de Sumaré - Construção do Plano Rodoviário Municipal - Implantação de Telefonia	- Politica de incentivos fiscais - Doação de áreas públicas - Construções de vias de acesso - Exigência de número mínimo de empregados residentes no município - Doação de telefones automáticos* - Concessão de máquinas da Prefeitura para pequenos serviços ao longo de 10 anos	- Especulação Imobiliária/ Loteamento de fazendas - Existência de favelas - Alteração no perímetro urbano e expansão da cidade - Crescimento populacional - Demandas de infraestrutura pelas indústrias são atendidas (água, esgoto, pavimentação)

* Os telefones automáticos permitiam que o usuário ligasse diretamente, sem pedir à telefonista que fizesse a ligação.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de KURKA (2008).

QUADRO 3 - Mudanças no período de 1975-1991 no município de Sumaré

Elementos:	**Fluidez no território**	**Industrialização**	**Urbanização e Infraestrutura**
1975-1991	- Inauguradas a Rodovia dos Bandeirantes e a estadual SP-10 - Transporte coletivo urbano subsidiado pela Prefeitura - Linhas de ônibus metropolitanas passaram a circular por todo o território de Hortolândia	- Proibição da doação de bens-públicos de uso comum por 10 anos - Leis de incentivos fiscais direcionadas a empresa de grande porte - Exigência de contribuição das empresas em programas ou ações do Departamento de Bem-Estar Social - Concessão da água, e outros equipamentos urbanos	- Área urbana expandida - Crescimento populacional em distritos marginais de Sumaré (como Nova Veneza e Hortolândia) - Lei para controle e regulação da abertura de novos loteamentos, tentativa de coibir loteamentos clandestinos. - Cobrança de taxa de melhoria para instalar equipamentos urbanos - O abastecimento de água passou a ser feito por uma autarquia municipal conferindo-lhe maior autonomia para realizar convênios - Empréstimos Caixa Econômica Estadual, BNDS e Banco de Estado de São Paulo que seriam revertidos em saneamento, saúde, educação, urbanismo. - Melhoria no sistema de Iluminação Pública - Criação do Departamento de Serviço Social

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de KURKA (2008).

A partir do quadro 2, podemos constatar que esse período (1953-1974), tem mudanças que dão prioridade às indústrias e sua instalação no território. A infraestrutura necessária para atrair empresas para a região, como a implantação de vias de acesso merece destaque, pois é uma medida que tem papel fundamental na consolidação da região de Campinas como grande polo industrializado. Esta fica servida de rodovias e ferrovias (que já eram utilizadas anteriormente), mas que se associam ao Aeroporto Internacional de Viracopos[19], representando, na verdade, uma forma de integração regional não só com a capital do estado, mas com outras partes do país, o que trás interações espaciais mais intensas, novos e diversificados fluxos no território.

[19] O Aeroporto Internacional de Viracopos foi inaugurado em 1960, hoje é o segundo principal terminal de cargas do Brasil. Junto com Guarulhos em 2008 foi responsável pelo processamento de aproximadamente 70% do volume de carga movimentado no país (MCKINSEY & COMPANY, 2010, p.130). Já o transporte de passageiros vem aumentando de maneira significativa nos últimos anos, o movimento anual de passageiros em 2008 era de 1.083.878, subiu para 5.430.066 em 2010, e em 2012 eram 8.858.380 milhões de passageiros (INFRAERO, 2013, p. 93).

Podemos nos utilizar do conceito de interações espaciais elaborado por CORRÊA (1997, p.279), para entendermos a importância que os fluxos têm para a reprodução do capital:

> As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades.

A partir dessa definição é possível enxergar que o volume, a direção e a frequência dos fluxos são responsáveis por tornar as interações espaciais mais intensas e complexas. Essa afirmação é reiterada por SANTOS (1988, p.18), a partir da perspectiva dos transportes:

> A diminuição relativa dos preços dos transportes, sua qualidade, diversidade e quantidade, cria uma tendência ao aumento de movimento. O número de produtos, mercadorias e pessoas circulando cresce enormemente, e como conseqüência a importância das trocas é cada vez maior, pois elas não apenas se avolumam como se diversificam (Ibid., p.18).

Dessa forma, não existe dificuldade em estabelecer a relação entre fluidez territorial e o dinamismo adquirido pelos lugares. Mas é necessário destacar que existem assimetrias, e que são as interações espaciais que refletem essas diferenças dos lugares, (CORRÊA, 1997, p.280) sendo assim, podemos concordar com SANTOS (2002, p.261) quando este diz que "[...] o processo de criação de fluidez é seletivo e não-igualitário." Nesse caso, o investimento em infraestrutura em Sumaré faz parte da tentativa de tornar a região de Campinas um espaço dinâmico, a articulação entre diversas áreas urbanas é benéfica para toda a região que historicamente já é privilegiada.

Existindo a possibilidade de tornar a cidade de Sumaré cada vez mais dinâmica, podemos perceber medidas como leis que declararam imóveis particulares em objetos de utilidade pública que seriam utilizados para dar "fluidez no território", ou seja, possibilitar a ampliação de espaços para serem utilizados pelas indústrias. Todas as medidas apresentadas para a atração de indústrias tinham como justificativa a abertura de postos de trabalho para os moradores da cidade, além do crescimento do mercado e da economia interna.

Vemos também que a fluidez territorial não é feita somente de maneira material (KURKA, 2008, p. 119), por isso, existe uma integração também informacional, como foi a implantação do serviço de telefonia, que trouxe à cidade os correios e telégrafos.

Outra questão bem presente nos municípios da região até nos dias de hoje, é a politica de incentivos fiscais. É possível observar nos quadros como essa ação é adotada por Sumaré intensamente independente do período analisado. Desde cedo já havia uma ênfase na expansão industrial como motor de desenvolvimento, assim as condições oferecidas pela cidade iam desde doação de áreas públicas, construção de vias de acesso até a doação de telefones automáticos como aconteceu em 1970.

Muitas das empresas que foram atraídas para o município de Sumaré se instalaram no distrito de Hortolândia, e a cidade figurava como uma das mais industrializadas do país. No esquema abaixo (figura 2), podemos pontuar o ano de instalação de algumas empresas na cidade, a multinacional 3M serve como marco de transição para essa era industrial sendo a primeira a ocupar as margens da rodovia Anhanguera. Sua instalação ocasiona a atração de outras empresas (lembrando que Sumaré ainda pertencia a Campinas quando a empresa se instalou):

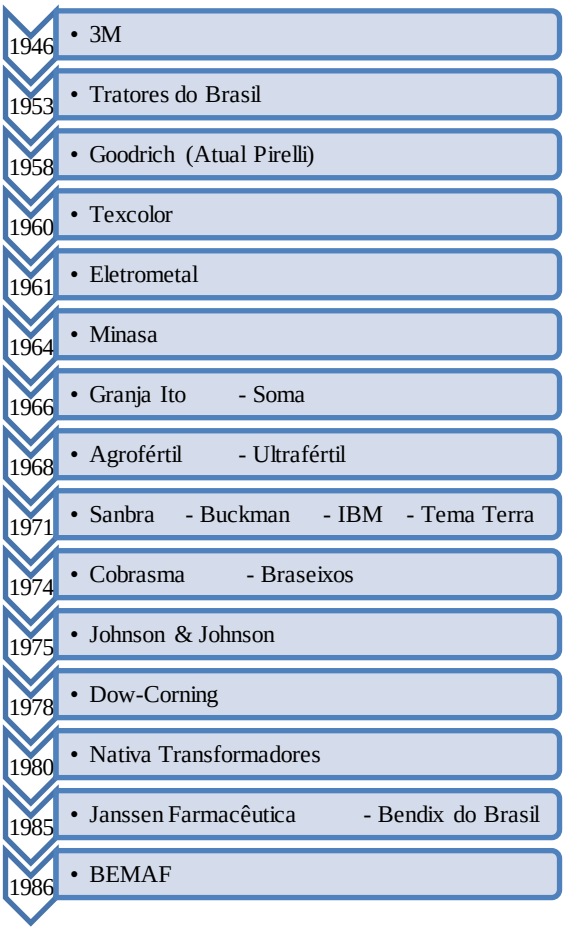


FIGURA 2 - Esquema da cronologia de instalações de empresas no município de Sumaré
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de TOLEDO (1995).

Apesar da instalação dessas diversas empresas e toda a arrecadação decorrente, as questões sociais se tornaram cada vez mais problemáticas, tais como infraestrutura básica e politicas sociais[20]. Os anos 80 representaram um retrocesso, na medida, que a recessão enfrentada pelo país, atingiu a crescente instalação das indústrias e contratação de empregados. Assim, o município passou a ser mais "exigente" e requer alguns benefícios às empresas em troca dos incentivos concedidos, como contribuição para programas de Bem-Estar Social (termo utilizado por KURKA) e também auxílio na construção de escolas. Alguns itens de infraestrutura eram ofertados para as empresas, mas a população sofria a escassez desses equipamentos urbanos, asfalto, abastecimento de água. Essa contradição enxergada pela própria população resultou em muitas manifestações.

De forma geral, podemos interpretar que as mudanças ocorridas no município de Sumaré nos períodos analisados estão orientadas a um fim. O período de 1953-1974 tem ações públicas que visam a atração das indústrias, todas as formas de subsídios são oferecidas, o que pode ser contraposto com as ações tomadas no período de 1975-1991, que estão, ainda que de maneira limitada, direcionadas à população. Todavia, o distrito de Hortolândia, como pode ser visto anteriormente, pouco recebia dessas melhorias.

2.3.1 Movimento Pró-Emancipação de Hortolândia

Em 1975, a insatisfação da população estimulou a criação de uma comissão em prol da emancipação de Hortolândia, esta comissão liderou a primeira tentativa de emancipação do distrito, que não teve êxito em função da legislação da época. Foram três razões atribuídas ao impedimento da emancipação: 1) Os prazos estavam vencidos para habilitação, na conformidade da Lei Complementar n 28. 2) Hortolândia não alcançava os 5 milésimos da arrecadação estadual 3) existia a dependência de prévia autorização quanto à conveniência, do Exmo . Pres. da República. [21]

O debate em torno da emancipação, porém, continuou a existir, e a movimentar a política do distrito e também da cidade de Sumaré, que via outros bairros desejarem a emancipação[22]. Quando na década de 1980 algumas condições permitiam,

[20] Em 1979, uma revista dava para Sumaré o primeiro lugar em valor adicionado de ICM e o sexto lugar em arrecadação federal, em contrapartida os jornais diziam que 'na rica Sumaré vive-se mal' (TOLEDO, 1995, p.158)

[21] Folha de Sumaré, 19 de setembro de 1976 - "Emancipação de Hortolândia. Questão suspensa até outra oportunidade; Hortolândia não pode emancipa-se".

[22] Os bairros que também tinham problemas infraestruturais como o Jardim Rosolém, Nova Veneza, São Judas Tadeu e parte do Matão também queriam a emancipação. (Folha de Sumaré, 08 de janeiro de 1978 - "Rosolém também pensa em separa-se de Sumaré").

constitucionalmente, a emancipação (número mínimo de população e arrecadação), eclodiu o grupo nomeado de "Movimento Pró-Emancipação de Hortolândia" que estava motivado a transformar a realidade em que se encontrava o distrito:

> [...] Diante da falta de integração com a "sede" da cidade mãe e com o pouco investimento público, conseqüência da falta de planejamento, faltava praticamente tudo. O abastecimento de água era caótico. No quesito segurança, a região do ex-distrito era considerada uma das mais violentas do país, chegando a ser chamada, no meio policial, como a "Baixada Fluminense" de São Paulo. Uma alusão à região do Estado do Rio de Janeiro muito conhecida pelo alto grau de violência. O sistema de saúde era precário, não havia asfalto nos bairros e o esgoto corria a céu aberto nas ruas do então distrito. [...] (RODRIGUES, 2004 apud KURKA & SILVA, 2010, p.107).

A ineficácia dos serviços públicos ou a inexistência de muitos deles, culminou em um apoio popular massivo ao Movimento, este envolvia diversas instituições, igrejas e associações de moradores, estando sob a liderança de Antônio Dias, que veio a ser o primeiro prefeito eleito da cidade, em 1992 (KURKA & SILVA, 2010, p.111).

Um dos primeiros passos para o processo emancipatório foi a realização de um abaixo-assinado. Nesse documento foram coletadas 15 mil assinaturas que, anexadas a um oficio, foram enviadas no ano de 1989 à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Entretanto, o processo de emancipação duraria cerca de 3 anos devido a regras e etapas impostas pela própria Assembleia Legislativa. No dia 19 de maio de 1991, o plebiscito apontaria que a maioria dos eleitores, 97,39% [23] votaria pela separação de Hortolândia.

Interessante observar que a emancipação da cidade faz parte de um processo de criação de municípios que se deu a nível nacional[24]. KURKA (2008) analisa o que essas emancipações podem ter significado para os municípios, segundo a autora, o que se instalou entre eles, ao invés de cooperação, foi uma competição através da guerra fiscal. Essa é uma característica da crise federativa, que, para a autora, constitui uma crise da democracia dos lugares. Podem ser apontados também como fatores importantes geradores dessa crise do pacto, a redução dos repasses monetários da União, além disso, o aumento no número de municípios possibilitou o retalhamento e a competição no Fundo de Participação dos municípios:

---

[23] De 32.745 eleitores aptos a votar, foram às urnas 19.592, onde 19.081 eleitores disseram SIM à emancipação, 255 escolheram a opção NÃO, e 246 votaram branco ou anularam o voto. (KURKA, 2008, p. 164)

[24] Durante a redemocratização do país, no período de 1984 a 1997 foram emancipados 1405 municípios, já no intervalo de 1990 a 2000, somam-se 198 pedidos de emancipação só no Estado de São Paulo, tendo 73 pedidos aceitos, dentre eles, Hortolândia (IBGE).

> Para atrair novas empresas, os municípios se lançaram numa guerra competitiva de incentivos e benefícios fiscais. Na maioria das vezes, esta política de incentivos beneficiou mais as corporações do que boa parte da população, como [...] mostrou, por exemplo, a politica de incentivos adotada por Sumaré e Hortolândia desde 1955, que envolvia, isenção fiscal, doação de áreas, infraestrutura, etc. (KURKA, 2008, p.92)

Essa política não fica restrita às cidades de Sumaré e Hortolândia, e podem ser acompanhadas em diversas cidades da própria Região Metropolitana de Campinas (RMC), como pode ser visto no próximo tópico.

2.4 RMC: Fatores de atração industrial

A influência exercida por Campinas de modo algum se restringiu a seus limites administrativos, desde a rede urbana estabelecida pela atividade cafeeira, a cidade serve como referência de desenvolvimento. Criada em 2000 (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014), a RMC, devido a políticas de estímulo e investimentos[25] surge como uma das mais dinâmicas regiões do interior paulista (figura 3), dessa maneira, a região se consolida como a 2ª maior região metropolitana do Estado, atrás somente da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Composta por vinte municípios (figura 4) [26], uma população no ano de 2010 com pouco mais de 2,7 milhões e com estimativa de 3 milhões de habitantes para 2013 (IBGE, 2010), seu espaço metropolitano foi transformado em uma estrutura produtiva moderna, com alto grau de complexidade e grande concentração de riqueza (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, p.4)

[25] Na década de 1970, a região de Campinas foi a que mais recebeu investimentos através do processo de desconcentração industrial ocorrido a partir da Região Metropolitana de São Paulo (MENDES, 2011, p.3).
[26] Recentemente, no ano de 2014 foi incluída na RMC a cidade de Morungaba (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORUNGABA, 2014).

FIGURA 3 - Mapa de localização da RMC no estado de São Paulo
Fonte: Elaboração da autora.

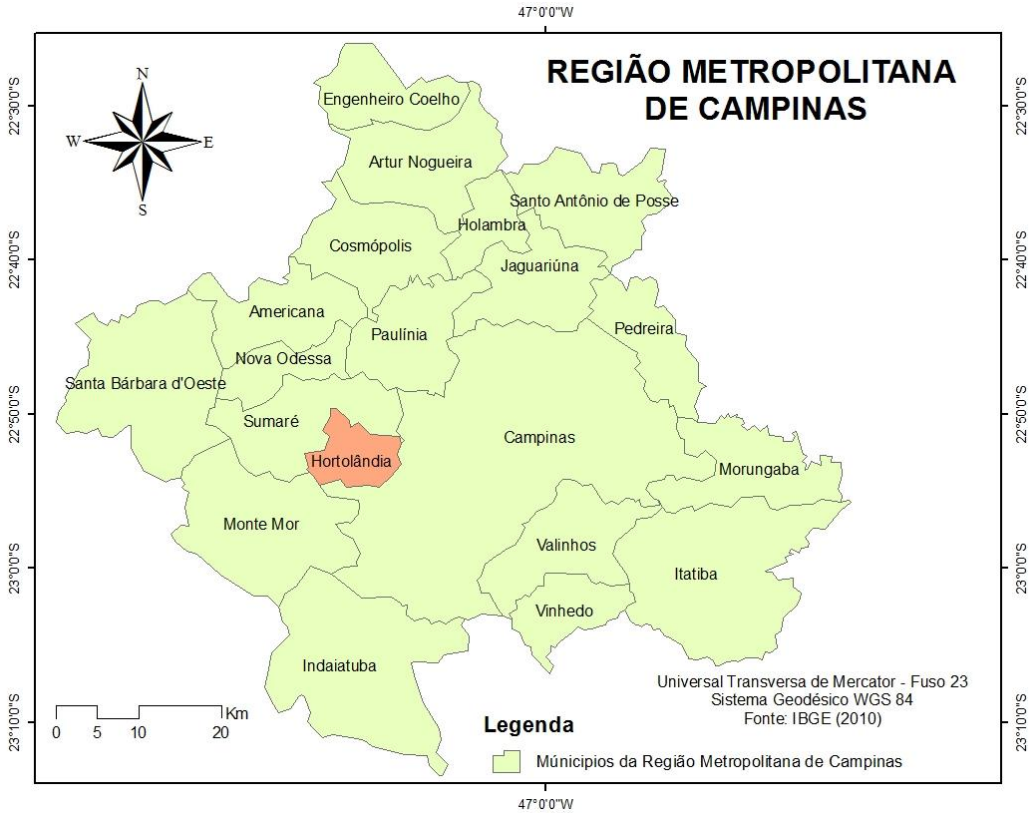


FIGURA 4 - Mapa das cidades que compõem a RMC
(destaque para a cidade de Hortolândia)
Fonte: Elaboração da autora.

A RMC se torna então um espaço privilegiado, e por isso, tem grande poder atrativo às indústrias. Alguns fatores elementares podem ser apontados como responsáveis pela localização das indústrias. Segundo BENKO (1996 apud MARIGHETTI, 2011, p.8) é difícil estipular com exatidão esses fatores de localização que parecem concentrar as indústrias de alta tecnologia, mas de forma geral, podem-se incluir:

1) Força de trabalho: que para atuar em indústrias de alta tecnologia necessita ser altamente qualificada;

2) Universidades e institutos de pesquisa: presença que cria e potencializa a força de trabalho;

3) Ambiente construído: infraestrutura adequada, ou seja, território carregado de fluxos e fixos;

4) Transportes: meios de transporte e vias de acesso que são fundamentais para a circulação e distribuição das mercadorias;

5) Serviços e ambiente político favorável aos negócios: presença de administração pública favorável;

6) Economia de aglomeração: benefícios ocasionados pela proximidade física de empresas do mesmo ramo ou atividades.

Percebemos observando esses fatores que a disposição da infraestrutura de transportes, a mão-de-obra altamente qualificada fornecida pelo sofisticado sistema de ciência e tecnologia, a proximidade ao maior mercado consumidor do Brasil (RMSP), entre outros, deram à RMC vantagens para instalação de novas empresas e para formação de arranjos produtivos. Estes são formados quando se concentram espacialmente setoriais de empresas, instituições e governos em torno de um eixo produtivo comum (VASCONCELOS; GOLDSZMIDT; FERREIRA, 2005, p.17). E ganham cada vez mais destaque entre empresários e governantes que esperam além do aumento de competividade, a cooperação entre as empresas, que podem suceder:

> A cooperação pode ocorrer tanto horizontalmente, ou seja, entre as empresas do aglomerado de atividade semelhante, como verticalmente, englobando toda a cadeia produtiva, organismos locais de suporte e setor público. [...] a competitividade das empresas pode também ser aumentada por meio de processos de competição dentro da aglomeração, conduzindo à rápida adoção de inovações e melhorias e, dessa forma, gerando o crescimento da indústria (Ibid., p.19).

Portanto é notório o papel fundamental exercido principalmente pelas instituições de ensino e pesquisa na região, a economia local consegue se beneficiar desse suporte técnico

oferecido, pois este representa um dos mais importantes sistemas científicos e tecnológicos do país, composto por várias universidades e institutos de pesquisa[27].

> A existência das instituições de ensino e pesquisa e de inúmeras escolas técnicas e a conseqüente disponibilidade de pessoal qualificado foram fundamentais para a presença de grande número de empresas de alta tecnologia, que atuam principalmente nos setores de informática, microeletrônica, telecomunicações, eletrônica e química fina, além de um grande número de empresas de pequeno e médio porte fornecedoras de insumos, componentes, partes, peças e serviços (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, p.5).

A Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC) criada em 1983, para "[...] coordenar as ações entre as empresas, de modo a estimular a implantação de empresas de base tecnológica na cidade, e intermediar as relações entre as empresas e a universidade e os institutos de pesquisa" (SOUZA & GARCIA, 1998, p.11). Estabeleceu-se a primeira tentativa de institucionalizar a relação empresa e organismos locais de ciência e tecnologia, tendo como base experiências norte-americanas como o Vale do Silício. Não é a toa que se fala de um "Vale do Silício Brasileiro" [28].

Enfim, a RMC tem uma indústria que abriga setores modernos e plantas industriais articuladas em grandes e complexas cadeias produtivas, com relevantes participações na produção estadual. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, p.5). Do ponto de vista econômico é uma das regiões metropolitanas mais importantes do país, a produção de riquezas cresceu 31% entre 2006 e 2010 e o PIB regional chegou a R$ 98,4 bilhões (como pode ser visto na tabela 2), o que corresponde a 2,6% de toda a riqueza produzida no Brasil.[29]. Além disso, sete cidades da RMC estão entre os cem maiores PIBs do país [30]. Pode-se observar na tabela abaixo (tabela 2) a distribuição do PIB dos municípios da RMC acompanhada da variação percentual sofrida no período de 2000-2010. Vemos uma taxa de crescimento superior a média de crescimento do Estado de São Paulo e porcentagens bem significativas em muitos municípios:

---

[27] Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), Centro Tecnológico para Informática (CTI), Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD), Instituto Agronômico de Campinas (IAC), Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) entre outros (SOUZA & GARCIA, 1998).

[28] Ver "Unicamp abriga 'Vale do Silício' brasileiro". Disponível em <http://www.unicamp.br/unicam p/noticia s/2012/05/28/unicamp-abriga-vale-do-silicio-brasileiro>

[29] Ver "Campinas sobe 2 posições e já é 11º PIB do país". Disponível em <http://correio.rac.com.br /_cont eudo/2012/12/capa/campinas_e_rmc/16935-campinas-sobe-3-posicoes-e-ja-e-11--maior-pib-do-pais.html >

[30] No ranking dos cem maiores PIBs do Brasil, segundo IBGE (2010) estão Indaiatuba (95º), Hortolândia (89º), Americana (86º), Vinhedo (84º), Sumaré (70º), Paulínia (69º) e Campinas (11º).

TABELA 2 - PIB dos municípios da RMC e variação percentual (2000-2010)

Ranking	Município	PIB (milhões de reais)	PIB (var.%) 2000-2010
1	Campinas	36.688,63	192,7
2	Paulínia	8.111,79	65,2
3	Sumaré	7.848,04	285,0
4	Vinhedo	6.715,43	497,7
5	Americana	6.659,42	172,1
6	Hortolândia	6.226,40	399,1
7	Indaiatuba	5.834,59	271,4
8	Santa Bárbara	3.788,56	246,7
9	Valinhos	3.586,51	188,9
10	Itatiba	3.421,08	201,4
11	Jaguariúna	3.066,23	241,5
12	Nova Odessa	1.958,85	328,9
13	Monte Mor	1.193,39	238,1
14	Cosmópolis	1.005,08	149,8
15	Pedreira	694,26	226,2
16	Arthur Nogueira	541,13	168,9
17	Holambra	515,40	128,0
18	Santo Antônio de Posse	387,74	221,4
19	Engenheiro Coelho	239,55	250,8
	RMC	98.482,08	205,1
	Estado de São Paulo	1.247.595,93	194,1

Fonte: Fundação SEADE-SP e IBGE.

Desse montante, a participação industrial da RMC no estado totaliza 9,6% (SEADE, 2013, p 10) atrás somente da RMSP. Para finalizar esse tópico podemos analisar que todos os fatores apresentados até então para a atração de indústrias às cidades da RMC, compõem fatores que são compartilhados mutualmente pelos municípios: a localização privilegiada, disposição dos transportes, a rede urbana estabelecida, os benefícios da economia de aglomeração, os profissionais das instituições de ensino e pesquisa e também os que são formados por esses centros. Esses fatores fazem a região atrativa, mas cada município procura se destacar oferecendo *"o algo a mais",* esse diferencial é dado através de políticas de incentivos fiscais.

2.4.1 Guerra Fiscal na RMC: Surge a "cidade-empresa"

Como já retratado, muitos dos municípios da RMC têm buscado alcançar o dito "desenvolvimento" através da atração de indústrias para o seu território. Sendo assim, são elaboradas estratégias pelos administradores públicos que vão de isenções fiscais, doação de

terrenos, até apoio em trabalhos de infraestrutura, instalação de rede elétrica, melhora de vias de acesso, incluindo nesse pacote toda a preparação do terreno e também arruamento de acesso à fábrica. Dessa forma, a atração de empreendimentos na região se dá em um ambiente extremamente competitivo. Podemos observar no quadro abaixo (quadro 4) as estratégias utilizadas pelas prefeituras para atrair empresas:

QUADRO 4 - Descrição das estratégias utilizadas pelos municípios integrantes da RMC (de 1989 à 2000)

Americana	Possui dois distritos industriais. A prefeitura concede benefícios às empresas interessadas em instalar-se ou ampliar-se no município, sendo eles: isenção do IPTU por 10 anos; isenção do ISSQN por 10 anos; concede, ainda, carência de 24 meses na aquisição de lote para construção de instalações. O benefício só é válido para a construção de prédios industriais.
Artur Nogueira	Possui três distritos industriais. A Prefeitura concede benefícios às indústrias interessadas em instalar-se no município. Entre os benefícios concedidos estão: isenção total ou parcial do IPTU, isenção do ISSQN, isenção da Taxa de Alvará de Funcionamento e isenção da Taxa de Alvará de Localização, pelo prazo de 05 a 15 anos, dependendo do número de funcionários empregados pela empresa; cessão de terrenos ou doação de terrenos.
Campinas	Possui três distritos industriais. Os benefícios concedidos são: isenção de taxas municipais: licença para execução de obras particulares, de alvará de localização, de aprovação de projetos, isenção total do preço público referente à obtenção da licença para construção das obras particulares e a inexistência das taxas de legalização da inscrição; isenção do IPTU: benefício válido pelo prazo de 05 anos; Campinas possui Lei de Plano Diretor e poderá facilitar a instalação de empresas agilizando a certidão de zoneamento; auxiliando nas questões burocráticas para liberação dos documentos necessários para abertura de empresas no âmbito municipal; assessorando e acompanhando contatos junto aos órgãos públicos federais e estaduais para obtenção de documentos (meio ambiente, normas de segurança, entre outros) e instalando novas linhas de ônibus urbano.
Cosmópolis	Possui Lei de Plano Diretor e um Distrito Industrial. Concede incentivos às empresas interessadas em instalar-se na Zona Industrial Z-1 Andorinhas, do município. Entre os incentivos destacam-se: a prefeitura poderá conceder às empresas que obedecerem às condições estabelecidas por lei, o uso de imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal ou dos quais o município tenha posse em ações expropriatórias; isenção de taxas municipais: de licença para construção do prédio industrial da empresa e de licença para localização, abertura e funcionamento da empresa; isenção do IPTU: benefício válido pelo prazo de 05 anos; cessão de terrenos e doação de terrenos. A prefeitura concede mediante pagamento de contribuição de melhoria: instalação de rede de distribuição de água e rede de iluminação pública e domiciliar.
Engenheiro Coelho	Prefeitura concede o incentivo às indústrias interessadas em instalar-se ou ampliar-se no município. São os incentivos: isenção do IPTU por até 10 anos; redução do IPTU: benefício concedido às empresas já instaladas que demonstrem aumento da atividade econômica; isenção do ISSQN: benefício compreende a isenção do imposto incidente sobre a mão-de-obra de construção e instalação. A prefeitura poderá ainda transformar os impostos municipais em obras públicas.
Holambra	Concede incentivos às indústrias interessadas em instalar-se ou ampliar-se. Holambra não possui distrito industrial e tem como incentivos: isenção de taxas e impostos municipais pelo prazo de 10 anos.

Hortolândia	Prefeitura concede incentivos às indústrias interessadas em instalar-se, ampliar-se ou relocalizar-se no município. As diversas formas de incentivo às indústrias, são as seguintes: doação de terrenos: a prefeitura poderá doar terrenos necessários à implantação da indústria; isenção de taxas municipais: IPTU, ITBI, licença para localização e funcionamento e é válido pelo prazo de 20 anos; isenção do ISSQN: benefício válido pelo prazo de 05 anos. Oferece, ainda, apoio nos trabalhos de infraestrutura. Esse benefício compreende a preparação de terreno, a execução de arruamento de acesso à fábrica, e a execução de obras de interligação com as redes elétricas e de água. A Prefeitura poderá também facilitar a instalação de empresas, auxiliando nas questões burocráticas para liberação dos documentos necessários à abertura de empresas no âmbito municipal.
Indaiatuba	Prefeitura concede incentivos às indústrias interessadas em instalar-se em um dos dois distritos industriais. O município, que possui Lei de Plano Diretor concede benefícios especiais às indústrias automotivas. Os incentivos são: isenção de taxas municipais: licença de localização, abertura e funcionamento da empresa e de licença para a construção de prédio industrial; taxas de "Habite-se", relativa à construção de unidades industriais, de funcionamento, de contribuição de melhoria das obras públicas da prefeitura e do serviço autônomo de água e esgotos e de coleta e remoção do lixo por 10 anos; isenção do IPTU, por 10 anos; isenção do ISSQN: benefício compreende a isenção do imposto incidente sobre as obras de construção civil do prédio industrial. Para as indústrias automotivas, o benefício é válido pelo prazo de 05 anos para o imposto incidente sobre os serviços de instalações industriais executadas no prédio industrial da montadora e por 10 anos para o imposto incidente sobre os serviços prestados pela empresa; isenção do ITBI: benefício válido pelo prazo de 5 anos apenas às indústrias automotivas.
Itatiba	Possui um distrito industrial, também tem Lei de Plano Diretor elaborado. Os incentivos são os seguintes: isenção de taxas municipais: licença para localização e fiscalização de funcionamento de estabelecimento e da taxa de remoção de lixo por 10 anos; isenção das taxas de licença para execução de obras particulares e de expediente, com validade permanente, quando incidente em razão da implantação, construção ou ampliação das unidades industriais; isenção do IPTU, ITBI e do ISSQN por 10 anos. O ISSQN quando incidente em razão da implantação, construção ou ampliação das unidades industriais, a validade é permanente.
Monte Mor	Há isenção de impostos municipais, benefício válido pelo prazo de 02 a 15 anos, dependendo do número de funcionários empregados pela empresa; há também isenção de IPTU e cessão ou doação de terrenos.
Nova Odessa	A Prefeitura, que possui Lei de Plano Diretor, concede benefícios às empresas interessadas em instalar-se no município, isentando-as totalmente do IPTU, por um prazo de 10 anos. Há isenção de taxas municipais e ainda há auxílio nos trabalhos de infraestrutura, podendo a prefeitura, nos distritos industriais, implantar, alargar e melhorar as vias de acesso, ampliar as redes de energia elétrica, água, esgoto, galerias pluviais e transportes coletivos, cobrando dos beneficiados os custos dos melhoramentos sob previsões da lei. Além disso, pode haver alienação de terrenos para as empresas interessadas na instalação no município.
Paulínia	A Lei de Plano Diretor da cidade beneficia as empresas com: doação de terrenos, isenção de impostos municipais por 10 anos; isenção total de IPTU; Ainda há auxílio nos trabalhos de infraestrutura. A prefeitura poderá, sob contribuição de melhoria, implantar, no terreno concedido, rede de água e iluminação pública e domiciliar. Além disso, poderá instalar rede de esgoto, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica no terreno.

Pedreira	A empresa deverá utilizar mão-de-obra local e evitar qualquer forma de poluição ambiental. Os incentivos são: doação de terrenos; isenção de taxas municipais: licença para localização, de renovação da licença, pelo período de três anos e redução de 50% de seu valor por igual período subseqüente; de licença para funcionamento em horário especial pelo período de 05 anos e de licença para execução de obras (ou restituição); isenção total ou parcial do IPTU: benefício válido por 05 anos, a contar do início do faturamento da empresa no município.
Santa Bárbara D'Oeste	Concede diversos incentivos para instalação de empresas. São eles: ressarcimento de investimentos: devolução de 100% do valor de investimentos (aquisição de imóvel com edificação; aquisição de área de terra; serviços de terraplenagem necessários à construção do estabelecimento); ressarcimento de custos com ampliação ou construção de estabelecimentos: devolução de 50% do valor investido em construção da unidade empresarial ou em sua ampliação; isenção de gastos para liberação de funcionamento da obra: isenção de valores gastos na execução da obra, aprovação de plantas, obtenção de alvarás de construção, assim como taxas de licença para localização, funcionamento e publicidade; isenção do IPTU, ISSQN por, no máximo, 10 anos; apoio em serviços de infraestrutura: cessão de máquinas e operadores para serviços temporários de terraplenagens, aterros, infraestrutura, abertura de vias e logradouros em áreas de loteamentos industriais. Ainda, há apoio técnico-administrativo para a aprovação de projetos de edificação junto aos órgãos públicos e direcionamento para contatos que facilitem a fixação das empresas no município.
Sumaré	Possui um distrito industrial e tem Lei de Plano Diretor, em que estabelece os seguintes incentivos: isenção do ITBI: consiste na isenção do imposto incidente na aquisição de gleba ou área necessária á instalação da empresa, desde que adquirida em nome do beneficiário; obtenção de terrenos. Quando a área do terreno ultrapassar o limite de 250.000 m², o reembolso será de 100%, até o máximo de 2.500.000 m²; isenção de taxas e preços públicos incidentes sobre a construção de prédios.
Valinhos	Possui Lei de Plano Diretor, que concede benefícios às empresas que atuem no ramo de turismo no município. O benefício consiste na isenção do ISSQN, válido de 05 a 20 anos, dependendo do número de funcionários empregados pela empresa.
Vinhedo	Possui um distrito industrial, tem Lei de Plano Diretor. Há incentivos diferenciados às empresas de grande porte, do ramo hoteleiro, pousadas e similares, e comerciais. São os incentivos: isenção de taxas de licença para localização; de licença para fiscalização de funcionamento, válida por 02 anos; de licença para fiscalização de funcionamento, válida por 10 anos; e de licença para execução de obras particulares, parcelamento e anexação do solo urbano; isenção do IPTU: Benefício válido por 3 anos. A prefeitura poderá ainda promover o ressarcimento às empresas referentes às seguintes atividades: aquisição de terreno (ressarcimento incidente sobre área até quatro vezes maior do que a construída), execução de serviços de terraplenagem, execução de obras de vias públicas e realização de obras de infraestrutura. As empresas que se instalarem em edificações existentes terão outros incentivos previstos em lei.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do texto de ALVES (s/d)

O que se percebe é que cada administração local tem se empenhado no esforço de apresentar condições melhores às empresas que suas cidades vizinhas. O poder municipal tem se desvinculado e tem diminuído a sua dependência das administrações estaduais e federais, isso não quer dizer, que não exista uma parceria entre as esferas, mas que hoje "[...] há um

crescente número de políticas públicas e programas governamentais que se pretendem descentralizados e que valorizam o espaço e as iniciativas locais" (ALVES, s/d, p. 2). Dessa forma, "A mercadotecnia da cidade, vender a cidade, converteu-se [...] em uma das funções básicas dos governos locais [...]" (BORJA & FORN, 1996 apud. VAINER, 2000, p. 78).

Nesse sentido, temos alguns conceitos e técnicas do mundo empresarial e de seu planejamento que inspiram o planejamento estratégico das cidades. Tendo sido sistematizados pela *Harvard Business School,* apresentam defensores de sua utilização pelos governos locais justamente por acreditar que as cidades são submetidas às mesmas condições que as empresas:

> Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada (VAINER, 2000, p.86).

Colocada não só como empresa, mas como uma mercadoria, a cidade naturalmente está entre tantas outras mercadorias no mercado e por isso se faz necessário - realmente utilizado de forma crescente pela gestão de cidades, o *marketing urbano.* Este tem uma vertente que considera que devem ser feitos diagnósticos para identificar as características de cada cidade e assim os múltiplos mercados onde existe a possibilidade de sua venda, examinando o tipo de consumidor virtualmente sensível aos atributos locacionais que a cidade oferece ou pode vir a oferecer. (Ibid., p.79). Por outro lado, outros autores argumentam que na verdade existem nichos de mercado:

> [...] a venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança. (BORJA & FORN, 1996 apud, VAINER, 2000, p. 79).

De fato, conseguimos enxergar a cidade como uma "mercadoria de luxo", como nos diz Vainer, seus potenciais compradores compõem um grupo de elite: capital internacional, visitantes e usuários solváveis, ou seja, aqueles que podem pagar. (VAINER, 2000, p.83). A partir daí, uma pergunta se coloca: afinal, o que se compra e vende em uma cidade? Alguns

debates realizados no livro “A Natureza do Espaço” de Milton Santos podem contribuir para entendermos como o próprio espaço pode se tornar produtivo, para o autor:

> Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos Investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). [...] Assim como se fala de produtividade de uma máquina, de uma plantação, de uma empresa, podemos, também, falar de *produtividade espacial* ou produtividade geográfica, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo, isto é, ao "trabalho" do espaço. Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos suportes geográficos da informação. (SANTOS, 2006, p. 166)

No contexto de competitividade entre as cidades, Hortolândia se encaixa nesse exemplo, ao ter a prefeitura se utilizando do *marketing urbano* para “vender” seus espaços às empresas, podemos destacar alguns anúncios que são propagados a fim de promover uma imagem positiva da cidade com o intuito de atrair ainda mais investimentos:

Tribuna Liberal

CIDADES

Pedido de isenção de taxa termina hoje

Hortolândia está na lista das 300 cidades mais dinâmicas do mundo

Estudo levou em consideração indicação nos setores de desenvolvimento econômico, social e educação

FIGURA 5 - Manchete do jornal local sobre premiação recebida pela cidade

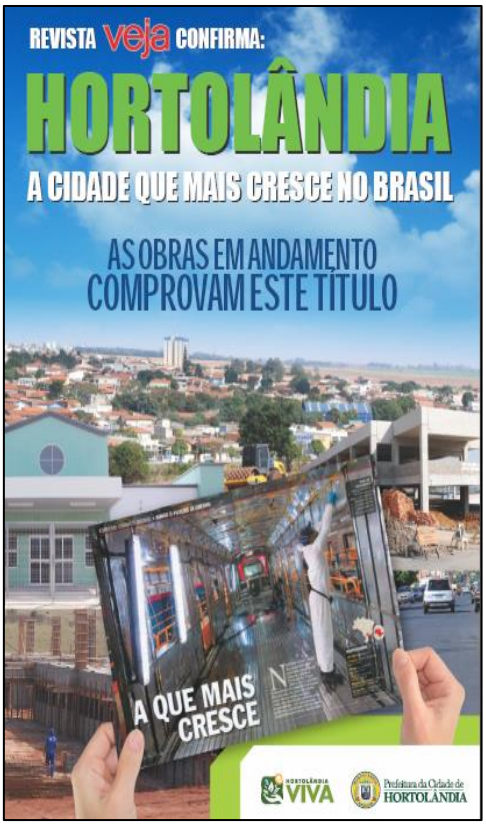


FIGURA 6 - Informativo da Prefeitura Municipal

A figura 4 trata de uma premiação recebida pela cidade na Alemanha (17ª edição da Reunião das Cidades mais Dinâmicas do Mundo - *Meeting City Dinamics World*) em 2011 como uma das 300 cidades mais dinâmicas do mundo ao lado de cidades como Istambul (Turquia) e Pequim (China). E a figura 5 é o informativo da Prefeitura Municipal que se utiliza de uma publicação feita por um importante periódico nacional em 2010 para propagar a nomeação que recebeu de "Cidade que mais cresce no Brasil".

Essas são demonstrações de uma cidade que quer estar incluída no processo modernizador. Demonstrando que tem iniciativa local forte e que essa é a chave para conseguir resultados positivos, as ações realizadas pelo poder público visam igualar a competividade da região, e para se sobressair, oferecem vantagens diferenciadas. Veremos no próximo capítulo, como a cidade se arma para participar dessa "guerra dos lugares" e quais são seus impactos.

3. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO EM HORTOLÂNDIA

Este capítulo parte de um esforço de captar e refletir as transformações em curso na cidade de Hortolândia ocasionadas pela reestruturação produtiva. Como vimos anteriormente, a cidade é alvo de um duplo processo que é a fuga das indústrias do centro da própria periferia, dessa maneira já é resultado de modificações na geografia das indústrias. Além disso, conseguimos enxergar como a cidade se apresenta para participar dessa "guerra dos lugares" tentando se tornar competitiva através de uma política agressiva de isenções de impostos. Nesse capítulo tentamos enxergar essas mudanças de maneira prática, para isso, iniciamos com relatos sobre as relações de trabalho estabelecidas no surgimento da primeira indústria na cidade.

Através do trabalho "Memória em construção: Hortolândia e sua Gente em narrativas e imagens" [31] elaborado por LOPES (2014) tivemos acesso a depoimentos de moradores antigos, são eles que presenciaram e vivenciaram todas essas transformações que ocorreram na cidade, muitos deles, inclusive, trabalharam no setor industrial tradicional e de baixa tecnologia, por isso vale a pena dar voz a esses trabalhadores. Nesse primeiro momento, podemos apontar as formas de trabalho realizadas por essas pessoas, de maneira a ampliar e enriquecer nosso conhecimento sobre esse mundo do trabalho que se forma com as primeiras indústrias.

Numa primeira fala, o centro econômico da cidade parece ser uma indústria de transformação tradicional, com emprego de baixa tecnologia, muito comum no interior do Brasil: uma olaria. Vemos o impacto que provoca a vinda da indústria para um local que até então, se apoiava em atividades primárias:

> A Cerâmica Sumaré, instalada no começo da década de 1950, foi pioneira aqui em Jacuba; foi a primeira a contratar grande quantidade de funcionários, sejam operários, sejam auxiliares de escritório. Em pouco tempo de produção, o serviço já era realizado em três turnos. Produzia uma boa variedade em olaria: tijolos, telhas, pisos, ladrilhos. Para mim, a Cerâmica Sumaré foi o coração econômico de Hortolândia. Somente com a

[31] O trabalho de LOPES se utiliza de história oral - que é uma forma de captar memória dos indivíduos com o objetivo de construir uma identidade, assim "[...] permite a pesquisadores buscar respostas que ampliem o campo narrativo, e de informações e argumentos, até então alheios a investigações historiográficas fundamentadas em outras fontes documentais escritas, iconográficas" (LOPES, 2014, p. 55).

> instalação desta cerâmica é que começou a se gerar riqueza financeira aqui no distrito (Antônio Geraldelli apud LOPES, 2014, p.94)**.**

Nesse tipo de trabalho, a baixa remuneração e a simplicidade do processo não exigem uma divisão do trabalho aprofundada. A habilidade manual do trabalhador sobressai:

> Ali eu comecei a trabalhar quando eu tinha dezesseis para dezessete anos de idade. Lembro perfeitamente da rotina de trabalho: um operário me perguntava quanto de barro eu precisava, e eu lhe respondia que queria o suficiente para fabricar oitenta tijolos, por exemplo. Eu mesmo cortava o barro; colocava-o dentro da fôrma; batia-o; passava a régua de arame para aplainá-lo corretamente; retirava-o a fôrma, e deixava-o pronto para ser levado ao forno. Assim que manualmente se fazia o tijolo. Os demais companheiros e eu, quando já tinha uns dezoito anos de idade, chegávamos a fabricar mais de mil tijolos por dia, cada um. Foi como oleiro da Cerâmica Ortolan que comecei a trabalhar de verdade, a ganhar a vida (Hermínio Cancian apud LOPES, 2014, p.165)**.**

O percurso de parte da sociedade brasileira na segunda metade do séc. XX fica nítido em algumas falas: a atividade na indústria substitui antigas ocupações agrícolas:

> Aos treze anos de idade, depois de lavrar muita terra, consegui um emprego na Cerâmica Sumaré. Ali permaneci até os dezessete anos de idade. Do primeiro ao último dia, sempre trabalhei registrado. Guardo até hoje minhas carteiras de trabalho e da associação sindical. Lá eu fazia tudo quanto era serviço: por exemplo, quando faltava alguma moça para comandar as prensas – pois este era o serviço feito por mulheres – era eu que ia substituí-las. Assim, produzi lotes e mais lotes de telhas francesas. Foi muito importante este serviço em minha vida, pois aprendi muito durante este período. Da Cerâmica Sumaré, saí sabendo não só assentar um tijolo, bem como produzi-lo (Nelson Blumer, apud LOPES, 2014, p.134).

O mesmo operário agora destaca o caráter precário e instável de outra ocupação obtida, mesmo diante do reconhecimento de suas habilidades:

> Depois que eu saí da Cerâmica Sumaré e aprendi o ofício de pedreiro, construtor civil, fui empregado na Companhia Estrada de Ferro Mogyana, em Campinas, no complexo da estação ferroviária. A bem da verdade, eu era funcionário de uma empresa terceirizada. Meu serviço era reformar alguns sobrados, uns prédios administrativos ali no entorno, próximos da Vila Industrial. Eu fazia a parte de acabamento destas obras: beirais, telhados. O serviço era um pouco perigoso, pois eu trabalhava a não sei quantos metros de altura, sobre um andaime feito de madeiras encaixadas. Rapidamente, fiquei cansado de trabalhar com isso, e cheguei a comentar com meu encarregado de obras, senhor Burdin, sobre minha insatisfação, por ser empregado de empresa terceirizada. Ele me pediu para ficar – pois meu serviço "era bonito", e o pessoal gostava –, e disse que eu iria ser efetivado, a convite do senhor Leal – o chefão – no quadro da Mogyana. Mesmo assim não aceitei: Peguei meus pertences e "piquei a mula". Pedi demissão após

> alguns meses de serviço. Achei que aquele serviço não me daria futuro. Fiz o certo (Nelson Blumer, apud LOPES, 2014, p.143).

Muito mais poderia ser captado através desses depoimentos, porém de maneira geral podemos apontar os processos manuais de trabalho, o conhecimento e a habilidade do trabalhador para realizar todas as etapas da produção (a exemplo de Hermínio Cancian que realizava todas as etapas para produzir tijolos) e até a insatisfação com a terceirização. Enfim, tudo isso pode ser acrescentado para refletirmos sobre as transformações ou permanências de algumas relações de trabalho.

3.1 Trabalho nas primeiras indústrias

A década de 1960 presenciou a transferência de grandes conglomerados industriais para países periféricos, estes estavam em busca de mão de obra barata e isenções fiscais, tudo isso com o intuito de superar o processo de crise que ameaçava o modelo fordista.

Uma das empresas, hoje com unidade em Hortolândia, a IBM, na época buscou outros países para especializar a sua produção, dessa forma visava adaptar-se aos diferentes mercados, além de reduzir custos com especialização (SOUZA SANTOS, s/d, p. 3).

> [...] o caso típico de integração por especialização por produto foi, durante muito tempo, a IBM. A criação do Mercado Comum [europeu], bem como a existência de bases econômicas sólidas, mas de tradições distintas, em vários países, permitiram à IBM adotar uma divisão de trabalho por produto, e concentrar, numa única fábrica, a produção de um ou outro sistema ou série de computadores. A norma apregoada pela IBM nos anos 1965-1985, 'produzir no local o que se vende no local', permitiu-lhe aparecer em todos os países como produtor nacional, e negociar o acesso aos mercados (CHESNAIS, 1996 apud SOUZA SANTOS, s/d, p.4).

Podemos apontar essa transferência das indústrias como resultado da tentativa de adaptar-se as mudanças que ocorriam. Hortolândia "nasce" então, em um cenário acompanhado por inúmeros deslocamentos de empresas, o que sempre é visto de maneira unilateral, ou seja, da perspectiva da vinda da empresa e tudo que ela poderia gerar, sem se enxergar, por exemplo, os processos que estão envolvidos, assim as próprias plantas industriais foram criadas exatamente para se adequarem a nova divisão do trabalho que surge.

Como vimos anteriormente, as instalações de indústrias ocorreram quando a cidade ainda pertencia ao município de Sumaré, dessa forma, fazia parte de um processo industrial que ainda se apresentava nos moldes fordistas, no sentido de que ainda necessitava de

trabalho de massas[32]. Portanto, podemos observar que a onda de industrialização, mencionada no capítulo anterior, trouxe à cidade um grande contingente populacional[33] atraído principalmente pela promessa de trabalho que as inúmeras empresas viriam a oferecer com a interiorização de seus parques industriais. O trabalho ofertado nas indústrias acabava sendo muito valorizado, devido aos seus empregos estarem pautados na estabilidade, remontando assim, ao trabalho fordista de que falamos. DAL ROSSO (2008, p.12) traduz o que significa essa noção de emprego estável:

> [...] Referia-se à relação empregatícia com salário fixado no início do contrato de trabalho, com direitos de jornada semanal regulada segundo a lei e não segundo as necessidades das empresas, com os descansos semanais obrigatoriamente respeitados, com prescrição das atividades a desenvolver para o tipo de cargo ocupado, evitando, dessa forma, desvios de tarefa, com as contribuições para seguridade social recolhidas mensalmente [...].

Em 1989, cerca de um terço do total de estabelecimentos existentes no município de Sumaré eram de indústrias de grande porte, concentrando-se assim, 21.449 trabalhadores, classificados quanto às suas atividades, como pode ser visualizado no gráfico abaixo (gráfico 1). A distribuição em setores de atividade também nos dá uma noção das atividades concentradoras de força de trabalho na época, por exemplo, a metalurgia surge com maior relevância[34]:

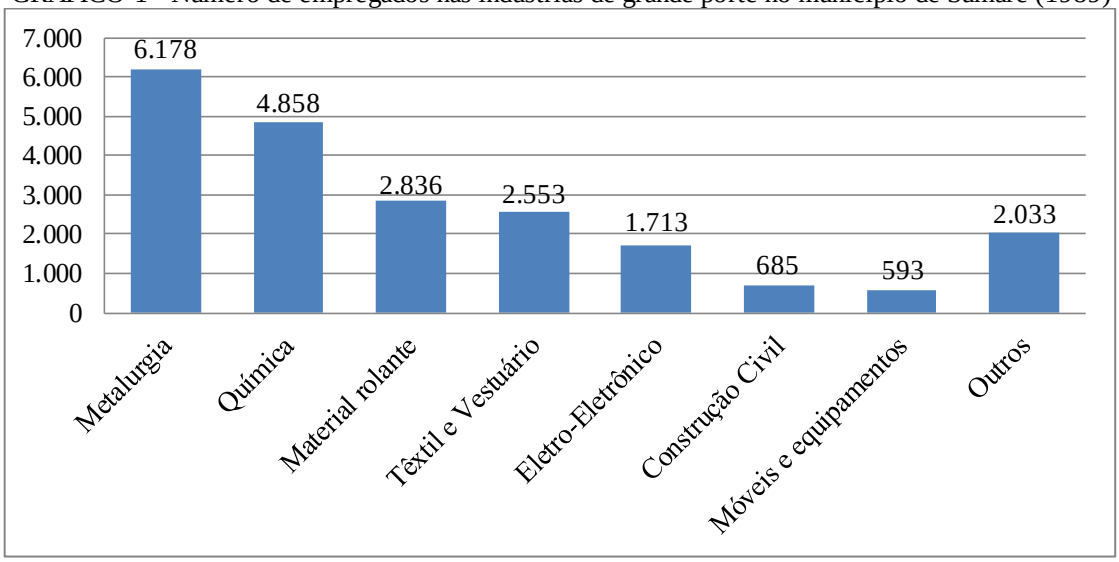
---

[32] Ao analisar o mercado de trabalho brasileiro, PIQUET (2007, p.105) descreve como foi o primeiro momento da industrialização, que se inicia a partir da Segunda Guerra Mundial com a transformação do país em uma economia urbana e industrial, segundo a autora a partir desse período há uma estruturação do mercado de trabalho, sendo este, caracterizado pela elevada geração de empregos formais, ou seja, empregos assalariados em sua maioria com carteira assinada.

[33] Nos anos 1970, Sumaré foi o 4º município que mais cresceu no Brasil (atrás de Marabá- PA, Embu- SP e Ariquemes-RO) e o 2º do Estado de São Paulo (atrás de Embu-SP). (TOLEDO, 1995, p.155)

[34] Um dos desdobramentos dessa presença operária na cidade, principalmente no ramo metalúrgico, é um braço sindical de um movimento operário que eclodiu em 1980 na cidade de São Bernardo do Campo (compondo o ABC paulista), através de reuniões planejavam-se manifestações, paralisações e greves enfrentando justamente demissões e as condições de trabalho (KURKA, 2008, p. 149).

GRÁFICO 1 - Número de empregados nas indústrias de grande porte no município de Sumaré (1989)



Fonte: TOLEDO (1995, p.163) Elaboração da autora.

O ramo metalúrgico sofreria grande redução de trabalhadores nos anos seguintes. SOUZA SANTOS (s/d, p. 14) aponta que na região de Campinas o número de trabalhadores passou dos 70 mil na década de 1980, para aproximadamente 40 mil nos anos 2000. Além disso, o autor explica as razões dessa redução:

> A significativa redução dessa categoria não se deu somente pela desindustrialização. Pelo contrário, muitas empresas do setor ali se instalaram nos anos 1990 e 2000 (Magneti Marelli, Honda, Toyota, Dell, Mabe, entre outras). Porém, [...] trata-se de um *núcleo reduzido*. A incorporação de trabalho morto viabilizou a liofilização da planta fabril. Mais trabalho morto, menos trabalho vivo na planta fabril e, paralelo à isso, o crescimento do setor de serviços, além de um infinito de funções precarizadas e terceirizadas vitais para o "dinamismo econômico" da Região [grifo nosso – PMO].

O núcleo reduzido, de que fala o autor, seria uma redução no número de trabalhadores: estes passariam a ser mais estáveis e qualificados respondendo às necessidades da produção na ponta de toda a cadeia produtiva que o envolve. Dessa maneira, SOUZA SANTOS (s/a, p. 13) indica que "o operário-massa, de fato, já não mais existe" pois, seu espaço foi invadido por um conjunto de tecnologias que estão baseadas na microeletrônica e na robótica.

Mapeando as indústrias que em Sumaré empregavam mais de mil trabalhadores em 1989 figuravam as empresas: 3M do Brasil (3.800 empregados), Cobrasma (1.744), Eletrometal (1.507), IBM do Brasil (1.300) e a Braseixos (1.062) TOLEDO (1995, p.164). Dentre essas empresas, a IBM, Cobrasma e Braseixos estavam situadas no então distrito de Hortolândia.

Vale mencionar que a Cobrasma e a Braseixos representavam fatia relevante da produção nacional de materiais ferroviários, apresentando grande produtividade. Nas palavras de um de seus trabalhadores conseguimos enxergar essa efervescência em uma das empresas:

> [...] prestava serviços à Cobrasma S/A [1991]; meu tempo livre, escasso. A empresa estava em um grande embalo, produzindo vagões de trem encomendados para as linhas férreas da região de Carajás, no Pará. Produzíamos, em média, quatrocentos vagões por ano, àquela época. Havia dias que virávamos o turno de trabalho (Francisco Aparecido Borges apud LOPES, 2014, p.64).

Todo esse dinamismo do setor ferroviário foi prejudicado, pois a queda dos investimentos no setor levou a companhia à falência, deixando nos anos 90 "[...] um passivo trabalhista e galpões vazios na cidade" [35],

Quando enxergamos esse fenômeno de modo mais amplo, conseguimos analisar os impactos da reestruturação produtiva no Brasil, através de ANTUNES (2006) podemos perceber como esta atinge o mundo do trabalho, para o autor, em um primeiro momento a reestruturação se caracteriza por uma redução de custos através de uma redução da força de trabalho. PIQUET (2007, p.105) concorda com essa afirmação, ao descrever o mercado de trabalho brasileiro a partir da década de 1980; para a autora, existe um processo de desestruturação desse mercado, chegando a se reduzir a geração de postos de emprego na década de 1990 em todos os anos "Ao final do período contabiliza-se uma queima de nada menos que 3,3 milhões de postos de trabalho formal, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho" (Ibid., p.105). Dessa forma, os anos de 1990 trazem uma reestruturação mais intensa, pois foi quando efetivamente houve a introdução do modelo japonês e todo seu aparato de intensificação do trabalho, a partir daí, surgem formas de subcontratação e de terceirização (ANTUNES, 2012) como trataremos mais a frente.

3.2 Até quando cidade dormitório?

Mesmo composta por muitas indústrias, a cidade era procurada como destino de populações que buscavam menor custo de vida e terras mais baratas que as cidades de Campinas e Sumaré (processo que observamos no capítulo anterior), uma vez que o

[35] Ver sobre histórico do setor ferroviário "Hortolândia resgata tradição e cresce com novo boom ferroviário". Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1178040-hortolandia-resgata-tradicao-e-cresce-com-novo-boom-ferroviario.shtml>

município era considerado uma "cidade-dormitório", ou seja, uma cidade pouco dinâmica com nítida dependência de um aglomerado urbano vizinho, o que não é algo incomum numa região metropolitana.

Dessa maneira, Hortolândia carregou por muitos anos essa nomeação de "cidade-dormitório", que é muitas vezes dotada de carga negativa[36] tanto pelo nível de desenvolvimento econômico quanto social (OJIMA; PEREIRA; BONIFÁCIO DA SILVA, 2008, p. 2). Assim o município sempre foi visto como aquele município que tem parcela significativa da população residente trabalhando ou estudando em outra cidade, detinha, portanto, altos níveis de deslocamento pendular [37]. Na tabela abaixo (tabela 3) podemos destacar que no ano de 2000, dentre as cidades que compõem a RMC, a cidade detinha a maior taxa de população economicamente ativa que exercia seu trabalho em outro município da região metropolitana:

TABELA 3 - Distribuição da PEA (maior de 14 anos de idade) segundo local de trabalho, por município de residência na RMC - 2000

Município de residência	Local de trabalho %				Total
	No mesmo município	Não trabalha	Outro município da RMC	Demais municípios/países	
Americana	79,1	10,2	7,8	2,9	89.830
Arthur Nogueira	71,4	10,8	15,8	2	15.672
Campinas	82,5	12,3	3	2,2	476.077
Cosmópolis	61,4	18,3	17,5	2,8	19.961
Eng. Coelho	86,2	5,9	2,8	5	4.671
Holambra	90,9	3,4	4,8	0,9	3.832
Hortolândia	42,2	17	38,8	2,1	72.167
Indaiatuba	81,1	11,4	3,7	3,9	71.371
Itatiba	86,3	8	1,4	4,3	39.851
Jaguariúna	78,1	12,5	6,9	2,5	14.874
Monte Mor	63,4	16,8	18,3	1,6	16.829
Nova Odessa	65,5	12,4	19,8	2,4	19.769
Paulinia	78,4	11,4	8,8	1,3	25.521
Pedreira	87,4	6,6	3,9	2,1	17.546
Sto Ant. Posse	78,7	8,6	9,4	3,3	80.453
Sta Barb. D'Oeste	61,8	11,2	23,7	3,3	9.394

[36] Dessa forma, "os governos locais tendem a se proteger do rótulo de ser uma "cidade-dormitório" devido à carga ideológica negativa que permeia essa denominação" (OJIMA; PEREIRA; BONIFÁCIO DA SILVA, 2008, p. 1).

[37] Hortolândia aparece em um ranking com 30 municípios com maior proporção de pessoas ocupadas que realizando deslocamentos pendulares em 2000 (OJIMA; PEREIRA; BONIFÁCIO DA SILVA, 2008, p. 9).

Sumaré	51,6	15,2	31,2	2,1	94.223
Valinhos	72,1	9,1	15	3,8	41.831
Vinhedo	76,8	9,1	6,6	7,5	24.419
RMC	74	12,1	11,2	2,7	1.137.293

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, tabulações Especiais NEPO/UNICAMP

Em dados mais recentes (IBGE, 2010), podemos observar que a população que se desloca se equipara a população que trabalha no município (tabela 4). Em relação aos dados anteriores é possível notar um aumento absoluto no número de pessoas ocupadas, além do aumento de pessoas trabalhando fora da cidade:

TABELA 4 - Pessoas ocupadas por local de exercício do trabalho

Pessoas ocupadas por local de exercício do trabalho principal	**(em hab.)**	**(em %)**
Município de residência	45.145	49,3%
Outro município	45.206	49,3%
Mais de um município ou país	1.274	1,3%
TOTAL	91.625	99,93%

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 Elaboração da autora

A taxa de população que se desloca pendularmente em busca de trabalho, nos faz refletir sobre o que vimos até agora do histórico da cidade, sabemos que a cidade enquanto distrito atraiu diversas indústrias para o seu território, dentre elas muitas da área de alta tecnologia (tendo como marco a IBM). No entanto, a população que a cidade abrigou eram principalmente migrantes de baixa renda, menor grau de instrução e que se direcionavam para moradias menos diversificadas em termo de padrão construtivo (MANFREDO, 2007, p.103) Outro fator "é a fácil acessibilidade às áreas mais dinâmicas e que oferecem oportunidades de emprego para tal população, como Campinas" (OJIMA; PEREIRA; BONIFÁCIO DA SILVA, 2008, p. 11).

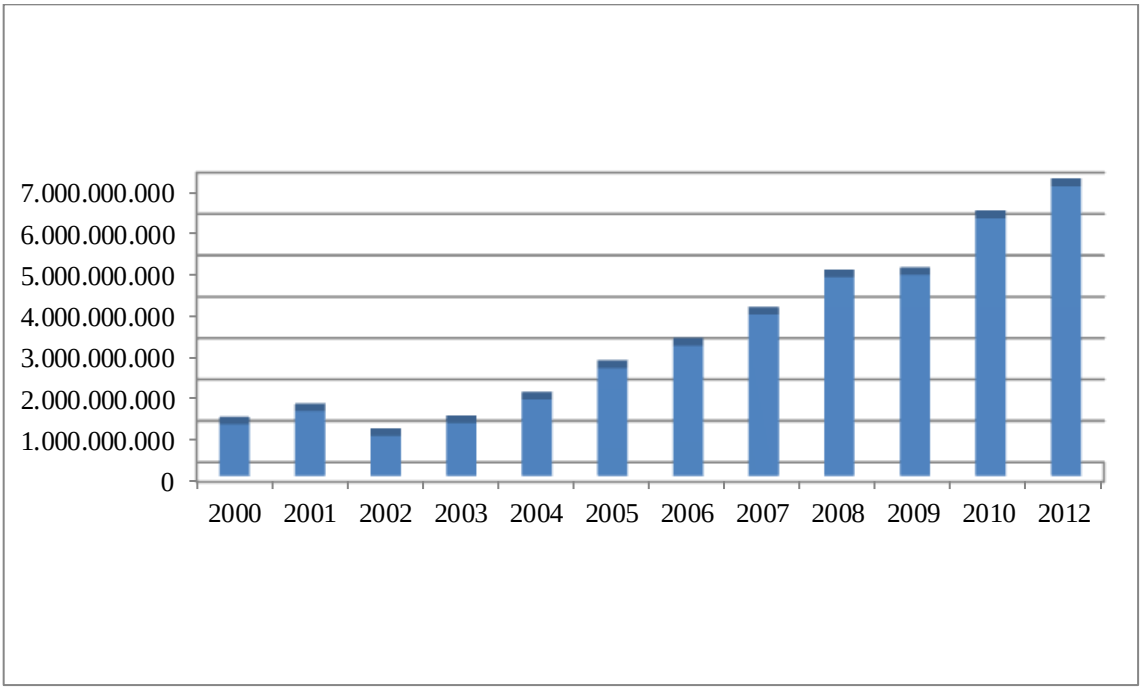
Podemos perceber, portanto, que a demanda de trabalhadores exigidos pelas empresas que se instalaram no município, exigiam uma alta qualificação, e que essa demanda não conseguia ser satisfeita no município. Para KURKA (2008, p.109-110) Hortolândia estava imersa num processo de modernização incompleta:

> O alto grau de tecnologia aplicada requer mão-de-obra altamente qualificada, importada de outras cidades, estados ou até países, e não absorve a população local que estaria abaixo dos requisitos mínimos de capacitação educacional e profissional. A vinda destas empresas através de incentivos fiscais contribui com o aumento da receita da cidade, mas tem

> pouca influência sobre a economia local. Os empregados utilizam minimamente do comércio local, preferindo gastar a maior parte dos seus rendimentos nas cidades vizinhas, principalmente Campinas, por apresentarem melhores opções de compras.

Como vimos, através do histórico da cidade, a indústria se insere em sua economia desde muito cedo. Embora esse "boom" tenha se dado quando a cidade ainda pertencia a Sumaré, ele não acontece de maneira crescente, havendo um período de relativa estagnação e uma retomada de crescimento a partir de 2005, como pode ser visto na tabela abaixo. Em 10 anos o PIB cresceu cinco vezes:

GRÁFICO 2 - Evolução do PIB de Hortolândia no período de 2000 até 2012



Fonte: IBGE e Prefeitura Municipal de Hortolândia - Elaboração da autora

Essa nova fase surge a partir das políticas de isenções fiscais, a "cidade-empresa" discutida no capítulo anterior ganha força, isso pode ser observado através no discurso apresentado: "[...] enxergamos a indústria como clientes. Investimos para atendê-los, mas com a certeza de que o retorno para a cidade virá rápido" (PINHEIRO, 2007) disse o prefeito da gestão anterior, responsável por implantar essa política de forma mais agressiva. Do lado empresarial, conseguimos enxergar o entusiasmo dos investidores:

> A Lanmar, especializada em peças aeronáuticas, aproveitou a concentração de empresas de alta tecnologia, a logística privilegiada de Hortolândia e os

> incentivos fiscais para transferir sua produção que antes estava concentrada em Campinas. "Os impostos são mais baratos, a prefeitura está empenhada em ajudar o empresário e aqui tínhamos espaço para duplicar a produção", diz Porfírio Américo Marcolino, diretor da companhia, que investiu R$ 5 milhões na reforma de um prédio e na compra de equipamentos adicionais para a nova fábrica (Ibid.,).
>
> [...] Eric Wickbold, gestor de novos projetos da Wickbold, fábrica de pães, admite que rodou o interior de São Paulo em busca de um lugar ideal para a terceira fábrica da empresa. "Algumas prefeituras chegaram a nos tratar com certo desdém", disse ele. "Mas, em Hortolândia, recebemos um atendimento muito diferenciado tanto em benefícios como no tratamento" (Ibid.,).

Todas essas medidas estavam, porém ancoradas na perspectiva de superar um dos maiores problemas da cidade. Em entrevista[38], o economista e secretário de Indústria, Comércio e Serviços da cidade, Dimas Correa Pádua aponta:

> Na minha área, a área econômica, o maior problema apontado pelo diagnóstico que a gente fez [...] o maior problema era o desemprego na cidade, em outubro, novembro e dezembro de 2004 nós fizemos esse levantamento, o maior problema da cidade 45% das pessoas apontavam o desemprego, em segundo lugar vinha a segurança, em terceiro lugar vinham questões de infra-estrutura, saúde. [...] As ações que foram montadas para vencer o problema do desemprego acelerado por um lado foi criada pela Economia Solidária, por outro lado foi estabelecer uma lei de subsídios fiscais para a atração de empresas para a cidade tendo em vista a posição importante de Hortolândia na RMC.

Dessa maneira, buscamos nos próximos tópicos refletir como essas medidas afetam, de fato, a dinâmica de trabalho.

3.3 Hortolândia na "Guerra dos Lugares"

Em 2010, Hortolândia alcançou alguns números expressivos em seu PIB, chegando a ser o 6º maior PIB da RMC, 28º do Estado de São Paulo, e 89º do Brasil (IBGE, 2010). Esses números são resultado de uma política agressiva de incentivos fiscais. O Programa de Incentivo Empresarial de Hortolândia (PROEMPH) instituído em 1997 vem sofrendo modificações até chegar à sua última versão em 2009. Esse programa tem o "objetivo de conceder estímulos e criar facilidades à instalação, ampliação, relocalização de indústrias, empreendimentos comerciais e de serviços" (Lei nº 2.272 de 03 de setembro de 2009), para isso, garante até 20 anos de isenção de IPTU, 10 anos de ISS, se responsabiliza pela movimentação do solo e da infraestrutura viária de acesso e outros benefícios, como agilidade

[38] Entrevista concedida à autora nos meses de fevereiro e maio de 2014

nos processos burocráticos. São ainda, colocadas como vantagens competitivas a oferta de energia elétrica e gás em abundância, assim como a possibilidade de fibra ótica.

A partir desses incentivos uma nova fase de industrialização atinge a cidade, o número de indústrias salta de 2008 até 2011 de 398 para 509 indústrias, um crescimento de 27,88%. Entre as multinacionais instaladas nesse momento na cidade destacam-se a ZTE, Amsted Maxion, CAF, Lanmar, Arcelor Mital, Bercosul, Wickbold, Tecnoperfil, Iron Mountain, Taser, dentre outras.

Esse dinamismo econômico que o município apresenta tem chamado atenção. Sendo responsável por uma imagem que tem sido evidenciada na mídia, algumas denotações *"Paraíso das empresas"* [39], "*Queridinha do Brasil "*[40], e citada em algumas reportagens como a cidade que mais cresce no Brasil, inclusive em um importante periódico nacional[41]. Com todas essas transformações que a cidade abriga em um curto espaço de tempo, a preocupação se volta para as formas em que as relações de trabalho se consolidam no município.

3.4 Relações contemporâneas de trabalho

Trazemos para o debate algumas lógicas que vêm espreitando as relações de trabalho na cidade de Hortolândia, como terceirização, desemprego e alta rotatividade.

3.4.1 Exemplo de Terceirização: A IBM

A tendência mundial é a explosão do "terceiro setor", ANTUNES (2006, p.162) traz um elemento interessante para adicionarmos ao debate. Segundo o autor, a expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, podem muitas vezes desempenhar atividades que estejam imbricadas com o trabalho produtivo.

Esse é o caso da IBM, a empresa é a primeira do setor de alta tecnologia a se instalar na cidade no ano de 1971. Atuando na área da informática, na época de sua instalação produzia centrais de processamento (servidores), fitas magnéticas e computadores pessoais, na década de 1980 passou a produz máquinas de escrever digitais, na década seguinte, a produção era de equipamentos de grande porte, como servidores de alta plataforma. (SOUZA

[39] Artigo<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/5321_HORTOLANDIA+O+PARAISO+DAS+EMPRESAS>
[40] Artigo <http://liberal.com.br/noticia/3596E2C18D7-hortolandia_a_queridinha_do_brasil>
[41] Edição Especial da Revista VEJA sobre Cidades Médias – Publicado em Setembro de 2010.

SANTOS, s/d, p. 5). No ano de 1994, porém, os três centros de processamento de dados situados em São Paulo, Rio de Janeiro e Hortolândia foram consolidados na cidade, dando origem ao "megacentro de serviços de *outsourcing*" [42]. Dessa forma, em 1996 a empresa definiu como estratégia a criação de centros de serviços de *outsourcing*, concentrando em Hortolândia todas as atividades dos centros de processamentos de dados da América Latina (RODRIGUES; CASAROTTO FILHO; & LA ROVERE, 2013, p.9).

Vemos que o foco dessa unidade da empresa se modifica. Com o intuito de atender às exigências do mercado, a empresa deixou "[...] de ser predominantemente de fabricação e passou a ser uma organização prestadora de serviços. Hoje essa localidade é o maior *Global Delivery Center* da América Latina, ou seja, 90% das operações são serviços" (Ibid., p.12). Podemos acompanhar essa transformação, a partir do seguinte depoimento de um "ibemista" que opera e monitora um desses sistemas:

> Aqui em Hortolândia era 100% produção, eles reformularam todo o plano da IBM por que ela estava perdendo mercado, não estava dando certo, [...] eles perceberam que a IBM não dava suporte aos produtos que ela vendia de hardware, é oferecer algo a mais que só o produto, é você trabalhar dando suporte ao cliente, fazendo funcionar o que ela vende, eles fizeram todo um plano pra tirar a produção do Brasil, e aqui à gente é 100% serviço, o serviço da IBM hoje gera 25% de lucro, 40% o hardware e o resto são os demais produtos da IBM. (Depoimento de S.F). [43]

A partir disso, a importância dessa unidade da IBM é destacada, sua atuação passa a ser mais globalizada, pois justamente nesse momento ela se interliga a outros megacentros de processamento no mundo, enfim, a empresa se torna "globalmente integrada não só no desenvolvimento de produto como o software, mas principalmente em serviços" (RODRIGUES; CASAROTTO FILHO; & LA ROVERE, 2013, p.11).

Vemos que a IBM terceiriza sua produção, que inclusive sai do Brasil, e se transforma em um centro de prestação de serviços de informática para empresas. Sobre esse assunto KURZ (1995) problematiza sobre a capacidade dos processos capitalistas de ultrapassarem as fronteiras das economias nacionais, pois essas acabam sendo responsáveis por acentuar a crise da sociedade do trabalho devido à internacionalização dos mercados de trabalho. Sabemos como essa internacionalização é exclusiva para o capital que está sempre em busca das

[42] Outsourcing é um conjunto de serviços prestados a distância e que estão relacionados a atividades específicas da área de TI, seja de infraestrutura ou gestão e manutenção de aplicativos. (RODRIGUES; CASAROTTO FILHO; & LA ROVERE, 2013, p.11).

[43] Entrevista de S.F. concedida à autora em maio de 2014. As iniciais utilizadas são fictícias para preservar a identidade dos entrevistados.

melhores condições para acumulação, tal como oferta de força de trabalho mais barata, menores impostos, leis trabalhistas frágeis, leis ambientais fracas, enfim, a procura é sempre por um lugar que seja mais rentável de alguma maneira. Consequentemente, vemos que os investimentos não criam raízes nos lugares:

> A administração tenta por meio de global *outsourcing* transferir todas as atividades para qualquer lugar do mundo onde existam mercados, crédito, força de trabalho, impostos ou qualquer coisa favorável a rentabilidade. Assim, despedem-se da lealdade da economia nacional e também dos processos sociais (KURZ, 1995).

O interessante é constatar que até as conexões feitas pelos trabalhadores durante o exercício de seu trabalho tornam-se ilimitadas, se estabelece relações mundializadas, onde uma equipe de trabalho não vivencia o mesmo espaço, apesar de constituírem uma equipe. Assim cada um se comunica do seu país para resolver um problema de um cliente que pode estar também em outro local:

> A IBM tem muitos funcionários que ficam em casa e ele [funcionário] não precisa ter contato com seu time, tem um pessoal lá que o time dele, a gerente é lá da Índia, os dois de suporte são dos Estados Unidos, outros são da China, essa é a equipe dele (Depoimento de S.F). [44]

Isso só é possível através da revolução nos meios de comunicação, é nesse sentido que o espaço torna-se fluido, pequeno. Dessa maneira, as relações que se estabelecem conseguem ultrapassar as barreiras físicas, Hortolândia passa a se conectar globalmente.

A cidade de Hortolândia seguindo esses preceitos torna-se atraente, principalmente no que diz respeito às vantagens fiscais, mas quando nos aprofundamos percebemos que existe um conjunto de externalidades positivas que contribuem para isso, como já abordamos. Analisando o caso da IBM conseguimos ainda, identificar seu papel na esfera laboral da região, sendo uma das pioneiras no setor de informática, ela se torna responsável pela formação de um grande contingente de trabalhadores qualificados, são chamados nos meios empresariais de "ibemistas" e possuem capacitações tácitas e específicas ao setor (SOUZA & GARCIA, 1998, p.18). É bem verdade que a empresa se beneficia das condições proporcionadas pelos centros educacionais e de tecnologia instalados na região (SOUZA

[44] Entrevista de S.F. concedida à autora em maio de 2014. As iniciais utilizadas são fictícias para preservar a identidade dos entrevistados.

SANTOS, s/a, p. 8). Para explorar ainda mais esse potencial e com o objetivo de atrair especificamente outras empresas de alta tecnologia, a cidade recebeu em 2001 o Condomínio *Tech Town*, criado através de uma parceria da prefeitura e da IBM:

> A ideia do condomínio surgiu em função da globalização dos mercados e a estruturação das empresas que vem acontecendo a partir dos anos 1990. Antes as empresas tinham um foco voltado para a manufatura, que é o caso da IBM, e hoje o foco está na realização de serviços a partir da terceirização. Logo o Condomínio Tech Town surge como um aglomerado de empresas, tendo a IBM como principal empresa. No início, eram 20 empresas de tecnologia que tiveram como apoio a própria IBM. O Condomínio surgiu em resposta às necessidades de um mercado competitivo e industrial globalizado, e que fez do município um grande polo de TIC e serviços (RODRIGUES; CASAROTTO FILHO; & LA ROVERE, 2013, p.7).

Formou-se assim um cluster de empresas de software e de serviços de informação que tem grande competitividade:

> O modelo de cluster, na concepção porteriana "pura" marcadamente empresarial e microeconômica, é caracterizado pela presença de grandes indústrias e de dimensão nacional, com elevada amplitude e alto nível de agregação (...), ou seja, a competitividade tende a ocorrer em "agrupamentos" regionais das redes de empresas e serviços situadas em um país, os quais Porter denomina de clusters. São esses "agrupamentos" econômicos, os clusters, que efetivamente competem a nível internacional e determinam a vantagem competitiva das nações. (SANTOS SILVA, 2004, p. 71)

Isso quer dizer que: os clusters são esses "agrupamentos" de grandes empresas do mesmo ramo de atividade, ou de atividades complementares, esses aglomerados "intensificam a competição" entre elas potencializando, portanto, o lucro das empresas, a definição é do economista Michael Porter.

Conseguimos perceber, a passagem da rigidez fordista-taylorista à *acumulação flexível*, como já descrito anteriormente, existe o surgimento de novos mercados e setores de produção, intensificação de inovações, flexibilidade dos processos de trabalho (HARVEY, 2006). Portanto, observamos essas transformações na IBM de Hortolândia.

Visão da empresa sobre a terceirização

A IBM disponibiliza em seu *website*, alguns textos expositivos/informativos, sobre alguns processos e estruturas corporativas de seu interesse. Em um desses textos ela argumenta sobre a terceirização, intitulado "A decisão de terceirizar com uma empresa globalmente integrada: da terceirização de *commodity* até a criação de valor" conseguimos analisar a visão que a empresa tem desse processo.

De início, percebemos o tom utilizado pela empresa quando categoriza a terceirização como "essencial para as empresas que querem liderar a economia globalizada de hoje" (IBM, 2008, p.2), muito do que se leva em consideração é o papel da globalização, pois esta transforma os meios de se pensar a dinâmica empresarial e através disso, oferece às empresas a capacidade de otimizar seus processos. Do ponto de vista da empresa, a eliminação de funções mais dispendiosas abre espaço para o melhoramento do desempenho financeiro, além de aumentar a disponibilidade de recursos financeiros destinados ás iniciativas estratégicas de crescimento, como exemplo as áreas de inovação (Ibid., p.5).

A empresa coloca como vantagem o estabelecimento de parcerias "A IBM, por exemplo, vendeu seus negócios de PC para o fabricante chinês Lenovo em 2004 e agora terceiriza os serviços de aquisição de PCs para esta empresa. Ao mesmo tempo, a Lenovo terceiriza o suporte de marketing e de vendas para a IBM" (Ibid., p.11). Essa seria uma forma de estabelecer um ambiente de troca para "adquirir capacitação especializada e serviços, transferir operações dispendiosas e comercializar serviços lucrativos" (Ibid., p.12).

Ao inserir na discussão a questão das relações de trabalho nesse modo de operar, a empresa aponta que a terceirização "não é apenas arbitragem do trabalho, e sim a multiplicação da malha global de talentos e a transferência do trabalho para os locais mais lucrativos no mundo inteiro" (Ibid., p.14). Uma visão que enxerga o mundo sem barreiras espaciais para seus negócios:

> A terceirização é um instrumento fundamental para a empresa globalmente integrada: uma organização que enxerga além dos limites geográficos tradicionais e que pode multiplicar os melhores recursos do mundo para fazer seus negócios avançarem. Empresas visionárias dominaram os desafios que acompanham a conexão e a prestação de serviços além das fronteiras. (Ibid., p.3)

É possível visualizar nesse fragmento, tudo o que discutimos na parte teórica do trabalho. As barreiras geográficas diminuem, a ponto de haver uma fragmentação de sua

cadeia produtiva, a ‘produção dispersa’ se torna atrativa, por que explora o que cada lugar tem de melhor para oferecer (ou seja, vantagens que diminuem os custos das empresas), nesse contexto que a competitividade entre os lugares se acirra.

3.4.2 Desemprego

Um dos números que, mas se menciona com orgulho na cidade, pelos órgãos oficiais ou pela mídia[45] é a diminuição do desemprego. Em entrevista [46], o economista e secretário de Indústria, Comércio e Serviços da cidade, Dimas Correa Pádua, exalta a política que transformou a taxa de desemprego que em dezembro de 2004 era 17,2% para os expressivos 2% em dezembro de 2012, houve, segundo a prefeitura o estabelecimento do pleno emprego:

> [...] Com o pleno emprego, a nossa cidade sai de um índice de quase 18% de desemprego para 2%. Com o pleno emprego na cidade, as pessoas começam a melhorar de vida, a renda cresce muito, com o crescimento da renda, você tem o crescimento da massa salarial.

Esses dados de desemprego, porém não demonstram quais são os tipos de empregos que estão sendo gerados, embora seja positivo que o desemprego diminuía, principalmente, em um momento em que a tendência mundial é o aumento de desempregados, como nos demonstra, as já mencionadas pesquisas realizadas pela OIT. É importante investigar e atentar para quais as condições ofertadas por esses postos de trabalho. Sabemos que os trabalhadores enfrentam uma sociedade que necessita “[...] cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais das diversas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado [...].” (ANTUNES, 2006, p.10) Ou melhor, trabalhos que são essencialmente precarizados, seja por não oferecer uma remuneração condizente com a função exercida, ou os benefícios de um emprego formal, seja por não oferecer de fato uma estabilidade, como é o caso dos terceirizados.

Sem contar as jornadas de trabalho desreguladas, os horários flexíveis e os próprios deslocamentos necessários para se chegar ao ambiente de trabalho, que as vezes excedem o número de horas aceitáveis. KURZ (1999, s/p) menciona algumas formas de precarização ou flexibilidade que o trabalhador vem enfrentando, como a busca de empregos suplementares decorrente do baixo nível da remuneração, e algo bem comum, que são pessoas obrigadas a trabalharem abaixo de sua qualificação.

---

[45] Ver “Hortolândia, SP, concentra maior número de emprego por km² na RMC”. Disponível em <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/05/hortolandia-sp-concentra-maior-numero-de-emprego-por-km-na-rmc.html>

[46] Entrevista concedida à autora nos meses de fevereiro e maio de 2014

Essa faceta da precarização acontece a todo instante, seguindo a entrevista feita com o Secretário de Indústria, Comércio e Serviços, ele comenta como esse tipo de desemprego atingia a cidade antes da 2ª onda de industrialização:

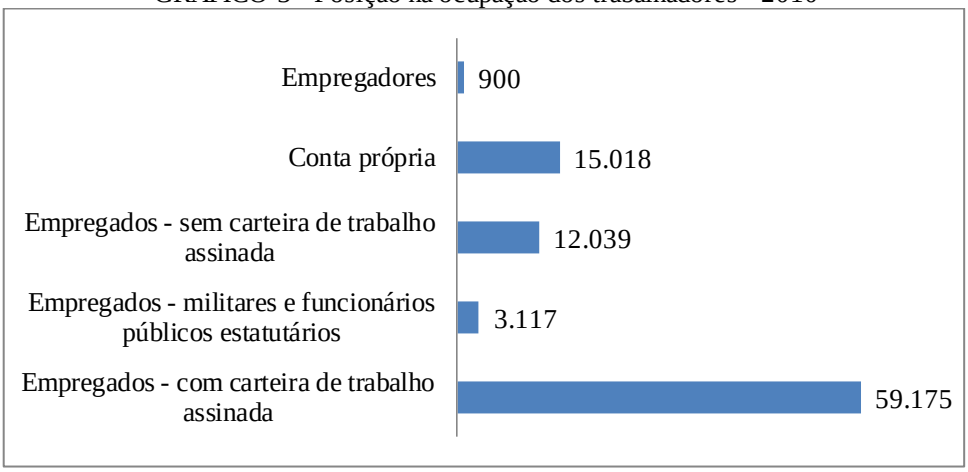
> [...] a cidade pra além do desemprego alto convivia com o desemprego estrutural[47], que é aquele desemprego que a pessoa procura emprego na sua especificação, e não consegue arrumar emprego e migra para um outro emprego com salários bem inferiores daquilo que poderia receber na sua especialidade, esse era o desemprego estrutural forte no município de Hortolândia.
> O exemplo clássico disso na nossa cidade era a empresa Cobrasma do setor ferroviário que jogou na rua quase 11 mil trabalhadores por conta do desmanche do setor ferroviário no Brasil na década de 80, o pessoal continuou na cidade, mas migraram para o setor da construção civil. [48]

Dessa forma, não é impensável a crescente degradação das condições de trabalho, mas se torna obrigatório ao trabalhador aceitar essas condições, principalmente quando se pensa que existem outras pessoas dispostas a aceitá-las, o chamado "exército industrial de reserva".

A partir dessas reflexões, é possível enxergar dados sobre desemprego com um olhar mais apurado, digamos que é preciso levar em conta também a parte "qualitativa" [49]. Quando adentramos nos números de empregos formais e informais, o município apresenta o número de trabalhadores informais superior ao de trabalhadores formais, o balanço, segundo dados da prefeitura, é dado de um lado, 59.754 trabalhadores no mercado informal, que se inclui empregados sem carteira assinada e os que trabalham por conta própria, e do outro 50.439 trabalhadores formais, ou melhor, empregados com carteira de trabalho assinada, militares e estatutários. A distribuição é feita da seguinte forma, segundo o IBGE:

[47] A forma que o secretário entende o desemprego estrutural, não é a forma que entendemos. O desemprego estrutural pode ser entendido como sendo aqueles trabalhadores expulsos do mercado de trabalho devido a inserção de tecnologia, constituindo assim, um exército de reserva de trabalhadores, que acabam por controlar o valor da mão de obra no mercado.
[48] Entrevista concedida à autora nos meses de fevereiro e maio de 2014.
[49] A qualificação do trabalho informal e formal é usada de forma generalizada, estar no setor informal por conta própria é visto como vantagem por diversos trabalhadores.

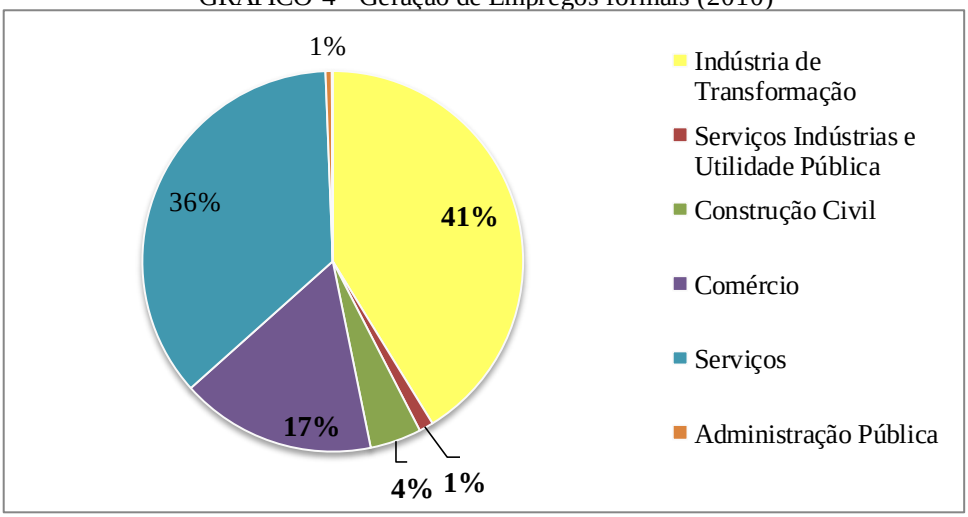
GRÁFICO 3 - Posição na ocupação dos trabalhadores - 2010



Fonte: IBGE, Censo 2010 - Elaboração da autora[50]

Observa-se grande parcela de trabalhadores que partiram para formação de seu próprio trabalho, assim assumem as rédeas da sua forma de ganhar a vida, estão ocupados em trabalhos por "conta própria", seja por não conseguir ingressar no mercado de trabalho formal, seja por enxergar nisso um caminho de ascensão. Nos dados relacionados aos empregos formais, disponíveis no gráfico a seguir (gráfico 4), podemos observar que a indústria de transformação aparece com maior relevo com 41% dos trabalhadores com carteira assinada

GRÁFICO 4 - Geração de Empregos formais (2010)



Fonte: CAGED-MTE - Elaboração da autora

[50] O IBGE apresenta números que entram em conflito com os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal.

Seguidamente aparecem o setor serviços (36%) e o comércio (17%). Sabemos, porém, que no setor de serviços é mais comum se ocuparem trabalhadores informais, por isso, esse dado não aparece como tão expressivo, já que a tabela leva em conta somente trabalhadores formais.

3.4.3 Rotatividade

Outro traço importante das relações contemporâneas de trabalho que se mostra como evidência de uma legislação trabalhista demasiadamente flexível é o tempo de permanência do trabalhador no mesmo emprego, ou melhor, sua circulação nos empregos, esta é a chamada rotatividade e pode servir como indicador de uma flexibilidade numérica expressa em elevadas taxas de contratações e demissões, sendo que essas ocorrem conforme oscilações econômicas. GONZALEZ (2009, p.8) descreve que o próprio processo de industrialização no país foi acompanhado de altas taxas de rotatividade nos empregos, assim, na medida em que os países capitalistas centrais nos anos 1980 estavam rompendo com uma estabilidade de emprego e também com a predominância do contrato padrão que é típico do período fordista, o Brasil enfrentava altas taxas de rotatividade:

> No caso do Brasil, altas taxas de rotatividade e a duração relativamente curta dos empregos acompanharam todo o processo de industrialização; ao contrário dos países centrais, não havia se constituído nem um pacto corporativista - dada o controle oficial dos sindicatos e sua presença restrita no local de trabalho – nem uma rede de seguridade social abrangente o suficiente para proteger contra o desemprego e a insuficiência de renda. A medida que a reestruturação produtiva das empresas brasileira se desenvolvia a partir do inicio dos anos 1990, esperava-se que houvesse uma mudança nesse regime de trabalho. (Ibid., p.8)

Porém essa mudança não ocorreu: ao contrário do que se esperava[51] as empresas recorrem cada vez mais aos "benefícios" da rotatividade. Para POCHMANN (2009, s/p) "[...] as empresas utilizam essa oportunidade de demitir o trabalhador de maior remuneração e contratar outro de remuneração menor como forma de ampliar empregos sem aumentar o

[51] GONZALEZ (2009, p.9) aponta que alguns estudos "[...] observavam que a adaptação a novas tecnologias e técnicas de gestão do processo de trabalho implicaria em maiores investimentos em treinamento e maior delegação de responsabilidades aos trabalhadores; consequentemente, imaginava-se que um dos efeitos da 'reestruturação produtiva' seria diminuir a rotatividade de trabalhadores".

custo de contratação". Ou seja, o objetivo principal é o de cortar custos, pois as novas contratações têm esse custo menor, provocando assim, um achatamento salarial.

Os números da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro impressionam, dados divulgados no 1º Seminário sobre Rotatividade no Mercado de Trabalho revelam que a rotatividade cresceu de 52% em 2003 para 64% em 2012 (levando em consideração um período de um ano). E esse comportamento segue uma crescente, no setor de serviços a rotatividade registrada durante o período chega a atingir 60%, no comércio 64%, na agricultura esse número atingiu 92%. Na construção civil a taxa foi ainda maior chegando a 115%. A menor rotatividade registrada é em alguns ramos da indústria de transformação com o índice chegando a 53% (o que não é um número que se sobressai) [52].

Quando investigamos o andamento da economia e seus reflexos nos postos de trabalho a partir de GONZALEZ (2009, p.9), vemos que em contrapartida aos anos 90, que tiveram períodos curtos de crescimento e taxas crescentes de desemprego, recentemente, observa-se "[...] a retomada do crescimento da produção acompanhada da geração expressiva de novos empregos, mas ainda assim exibindo-se níveis crescentes tanto de contratações como de demissões." Dessa forma, o autor apresenta alguns dados importantes:

> Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados apontam que no ano de 2007, houve 14,3 milhões de contratações, mas também 12,7 milhões de desligamentos, dos quais 60% eram demissões sem justa causa. Cerca de 2/3 dos trabalhadores demitidos sem justa causa, por sua, vez, tinham menos de 2 anos no emprego. Por fim, estima-se que o equivalente a 45% dos empregos com carteira assinada mude de mãos a cada ano (Ibid., p.9).

Esses dados dizem respeito aos trabalhadores empregados no mercado formal, vemos que essa lógica atinge até mesmo aqueles trabalhadores que parecem gozar de uma relativa estabilidade. É bem verdade que existe uma mobilidade entre empregos ligada a ascensão profissional, mas este não é o caso da rotatividade brasileira, para GONZALEZ (2009, p.33) ela está ligada "[...] à busca de sobrevivência de curto prazo no mercado de trabalho. Uma vez demitidos, trabalhadores tinham dificuldades para buscar emprego no mesmo setor de atividade, dirigindo-se a outros setores ou buscando atividades informais".

Enfim, como nos diz GONZALEZ (2009, p.23) mesmo que existam diversas formas de flexibilização e mesmo elas variando bastante de acordo com o país que onde é implantada, em todos os casos, as formas tendem a facilitar a contratação e demissão de trabalhadores, permitindo assim, uma maior flexibilidade numérica, dessa forma, sempre se

[52] Ver "Taxa de rotatividade no Brasil cresceu de 52% a 64% em 10 anos". Disponível em <http://www.cut.org.br/destaque-central/54592/taxa-de-rotatividade-no-brasil-cresceu-de-52-a-64-em-10-anos>

obtêm maior liberdade para diminuir a quantidade de trabalhadores empregados. O autor identifica que o próprio capitalismo teria uma ressalva à maximizar a flexibilidade do trabalho, pois em cargos que exigem maior qualificação se torna custoso para empresa ficar realizando treinamentos. Isso fica bem claro, quando nos deparamos com a oferta de cargos que necessitam de grande especialização, a rotatividade é mínima. Esses cargos pressupõem que a:

> [...] execução das tarefas envolverá considerável quantidade de treinamento específico, que se perderá toda vez que houver substituição de trabalhadores. Por essa razão, haveria um incentivo para as gerências procurarem ao longo do tempo limitar a rotatividade nos postos em que esse conhecimento específico fosse requerido, por meio de salários mais altos e benefícios vinculados à permanência na empresa. Além disso, a perspectiva de permanência e ascensão dentro da empresa também está relacionada à possibilidade de gerar identificação do trabalhador com a empresa, o que por sua vez é uma condição para assumir um grau mais alto de responsabilidade (Ibid., p.23-24).

Em contrapartida, a análise detalhada dos cargos que mais admitem e que mais "desligam" demonstra que:

> [...] rotatividade de mão-de-obra, em particular, normalmente também supõe que as tarefas executadas pelo trabalhador sejam bastante simples e prescritas em alto grau de detalhe (Ibid., p.23).

Vemos os seguintes cargos:

TABELA 5 - Cargos que mais admitem

Cargos	Salário Médio Adm.	Admissão	Desligamento	SALDO
Alimentador de Linha de Produção	956,66	7.330	4.809	2.521
Vendedor de Comercio Varejista	1.038,92	4.703	4.219	484
Promotor de Vendas	2.311,71	3.720	2.521	1.199
Auxiliar de Escritório Geral	854,34	3.414	2.731	683
Servente de Obras	842,46	3.134	2.850	284
Assistente Administrativo	1.155,76	2.990	2.536	454
Analista de Desenvolvimento de Sistemas	2.513,25	2.840	2.357	483
Administrador	1.254,47	2.167	1.764	403
Pedreiro	1.026,95	2.105	2.096	9
Auxiliar de Produção Farmacêutica	1.013,48	2.000	1.238	762
Operador de Caixa	839,79	1.957	1.798	159

Operador de Computador (Inclusive Microcomputador)	1.229,75	1.862	1.729	133

Fonte: CAGED-TEM - Elaboração da autora

Os dados tinham apontado que a rotatividade é menor nos setores de transformação, porém em Hortolândia essa tendência não se concretiza, quando analisamos a flutuação do emprego formal, nos anos de 2011 e 2012, os números da indústria de transformação superam, por exemplo, os números do setor de serviços tanto em admissões quanto em desligamentos, só em 2012 que a admissão no setor de serviços supera em poucas vagas a indústria.

TABELA 6 - Flutuação do Emprego Formal em Hortolândia nos anos de 2011 e 2012

	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011			**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012**		
INDICADORES	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Extrativista Mineral	_	_	_	_	_	_
Indústria de Transformação	6.715	5.555	1.160	5.247	5.436	-189
Serviços Industriais e Utilidade Pública	141	121	20	198	140	58
Construção Civil	1.789	1.594	195	2.207	1.944	133
Comércio	4.487	3.728	759	4.475	4.315	160
Serviços	5.578	4.740	838	5.580	5.149	431
Administração Pública	5	81	-76	156	29	127
Agropecuária	24	37	-13	31	44	-13
Total das atividades	18.739	15.856	2.883	17.764	17.057	707

Fonte: CAGED-MTE (fornecidos pela Prefeitura Municipal de Hortolândia, 2014 - Elaboração da autora

De forma geral, através dos anos, temos a seguinte circulação dos trabalhadores pelos empregos formais (tabela 7), são números consideráveis quando se pensa que a totalidade dos empregos formais no município gira em torno de 60 mil, dessa forma representa uma alta circulação pelos empregos. Pois, ao mesmo tempo em que temos um número expressivo de admissões, os desligamentos também aparecem em relevo, é possível observar que enquanto o número de desligamentos a partir do ano de 2009 é crescente, as admissões parecem sofrer oscilações:

TABELA 7 - Admissões e Desligamentos em Hortolândia (2008-2013)

	2008	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**
Admissões	15.331	13.086	16.742	18.739	17.764	16.511
Desligamentos	13.775	11.432	12.677	15.856	17.057	16.290
Saldo	1.556	1.654	4.065	2.883	707	221

Fonte: CAGED-TEM - Elaboração da autora

Conseguimos perceber que apesar de haver na cidade uma significativa geração de empregos formais, a circulação dos trabalhadores é muito grande. Isso faz parte da lógica flexível, onde o mercado de trabalho contrata e demite com uma facilidade incrível. Sabemos que a permanência no emprego pode gerar recompensas, como aumentos salariais e benefícios e que estes não se estendem aos empregos de curta duração, assim as empresas se utilizam dessa estratégia para cortar custos. Vale ressaltar que esses dados dizem respeito a circulação em empregos formais, pode-se imaginar que em empregos sem carteira assinada ou temporários a circulação é ainda maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu de observações. O ritmo das transformações no mundo contemporâneo é tão acelerado que em poucos anos pode-se presenciar mudanças que acabam por revolucionar os lugares. Hortolândia com seus 23 anos presenciou inúmeras modificações que não são somente reflexos de processos que ocorreram em lugares longínquos, mas fazem parte do próprio processo de adequação do sistema capitalista a inserção do modo de acumulação flexível, no qual a cidade pode se considerar resultado de modificações na geografia das indústrias.

O exemplo disso é que as indústrias estão sempre em busca de locais com vantagens necessárias para o estabelecimento de seus negócios, ou seja, estão aptas a sofrerem deslocamentos a qualquer momento. O duplo processo de interiorização, que foi em um primeiro momento a fuga das indústrias dos países centrais para os periféricos, e em seguida, a fuga do próprio centro da periferia, nos mostra como a reestruturação produtiva tem sua face territorial. Nesse sentido, com a diminuição das barreiras espaciais para as empresas, os espaços competem para se tornar atrativos, quem oferecer as melhores condições ganha "mais clientes". Assim os espaços se diferem por sua capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, infraestrutura, equipamentos, acessibilidade, e quando, essas condições locacionais não são suficientes, se oferece isenções fiscais, por 10, 20 anos.

Cada administração local tem se empenhado no esforço de apresentar condições melhores às empresas que suas cidades vizinhas, temos dessa forma o poder municipal se desvinculando e adquirindo certa independência das administrações estaduais e federais, se percebe o "mantra" da competitividade. Nesse contexto, Hortolândia também quer se mostrar extremamente competitiva e pra isso não mede esforços, sua politica de atração de indústrias se torna "bem sucedida", ao atrair grande parte de indústrias de alta tecnologia, principalmente multinacionais no setor da informática. A cidade se conecta à cadeia global, dessa forma, vemos uma especialização do espaço geográfico, onde existe uma articulação entre o local e o global.

Portanto, através desse trabalho conseguimos enxergar o espaço geográfico sendo estruturado e reestruturado através de múltiplos atores, a parceria que se estabeleceu entre a esfera pública e privada trouxeram à cidade de Hortolândia, inúmeras indústrias que se tornaram o próprio cerne do munícipio, "de cidade-dormitório a polo industrial". O mundo do

trabalho se torna complexo e a pequena cidade de Hortolândia passa a estar conectada globalmente, já que as plantas produtivas são cada vez mais mundializadas.

Conseguimos perceber a complexidade que o mundo do trabalho adquire nas inúmeras estratégias do capital para diminuir custos como a alta rotatividade (grande circulação dos trabalhadores pelos empregos). Se constitui em uma verdadeira "dança de cadeiras", onde os trabalhadores se prejudicam por não poder usufruir dos benefícios da estabilidade. Embora as taxas de desemprego tenham diminuído com a chegada das empresas, os desligamentos se apresentam em elevados números, essa rotatividade apresentada, como vimos, segue a tendência nacional. Assim apesar dos esforços mobilizados pela esfera pública local para diminuir suas taxas de desemprego, esta não consegue imunizar os trabalhadores desses impactos que são intensificados com a implantação do regime de acumulação flexível.

Mesmo em uma cidade onde a geração de empregos formais tem sido expressiva, ainda assim, é superada pelo número de trabalhadores informais, este é o principal produto da reestruturação do capital, fruto desta passagem do modo de regulação fordista à acumulação flexível. Vemos que capitalismo está dispensando o uso do emprego fordista, em seu lugar surgem formas de trabalho mais precárias como a informalidade.

Outro mito que cai por terra é o rendimento desses trabalhadores em empresas de alta tecnologia. Nosso entrevistado - trabalhador ibemista, apesar de sua qualificação (ensino superior, 2 línguas estrangeiras) tem um rendimento bem baixo do que se espera, seu salário gira em torno de 1.200 reais, e faz parte de um programa que procura diminuir a rotatividade dos trabalhadores, é um programa que em cada 6 meses realiza uma entrevista com trabalhador e assim sobe o salário e 10%, 10%, 10% e 20% no final. No final de 2 anos, troca o trabalhador de cargo. Essa estratégia pode até reter uma parcela dos trabalhadores, mas a grande maioria antes desse tempo consegue outros locais de trabalho mais atraentes. Podemos pensar até que ponto essa estratégia é eficiente para esse fim (reter trabalhadores), e até que ponto a empresa se beneficia oferecendo baixos salários.

Através desse estudo de caso conseguimos visualizar diversos processos que ocorreram na dinâmica da reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo e sua forma de acumulação flexível. Percebemos as faces adquiridas pelo Estado com uma natureza mais empreendedora, e as consequências para os trabalhadores. É claro que essas transformações merecem maiores análises, por exemplo, seria de suma importância aprofundar nos aspectos urbanos dessa mobilidade, visualizando as consequências para a estrutura da cidade. O Condomínio Tech Town que reúne as empresas em um mesmo espaço,

o chamado *cluster* também merece maior destaque por ser um novo tipo de organização empresarial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DIAP - **Taxa de rotatividade no Brasil cresceu de 52% a 64% em 10 anos.** Publicado 12/03/2014. Disponível em <http://www.cut.org.br/destaque-central/54592/tax a-de-rotatividade-no-brasil-cresceu-de-52-a-64-em-10-anos> Acesso em 01 de jun. 2014

ALVES, Rogério Antônio - **O que os municípios da Região Metropolitana de Campinas fazem para atrair empresas?** Disponível em: <http://www.am.unisal.br/graduacao/administ racao/pdf/publicacoes-5.pdf> Acesso em 20 de jan. 2014

ANTUNES, Ricardo - **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** 11.ed. São Paulo: Cortez: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

_____**- Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.] – São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BARRETO, Theo Rocha – **A Precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais: o trabalho flexível nas ruas de Salvador,** 155 f. Trabalho de Monografia (Graduação em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. Informática, automação, capitalismo e socialismo. In: KATZ, C., COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do capital?** 2ª Ed. São Paulo: Xamã, 1996. p. 51-70.

CORRÊA, Roberto Lobato - Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L.(orgs). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.1997.

DAL ROSSO, Sadi – **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DRUCK, Maria da Graça – A crise do fordismo e o "Modelo Japonês", 64-96p. In: **Terceirização: (Des)Fordizando a fábrica – um estudo do Complexo Petroquímico da Bahia** (tese de doutorado) UNICAMP, Campinas, 1995.

GONÇALVES JÚNIOR, Francisco; CORRÊA, Thamires - **Entre Rodovias: Reflexões sobre a estruturação da paisagem urbana na Região Metropolitana de Campinas.** Trabalho apresentado 14º EGAL (Encontro de Geógrafos da América Latina), Perú, 2013.

GONZALEZ, Roberto Henrique S. – **Flexibilidade e Permanência: A duração dos empregos no Brasil (1992-2006).** (dissertação de mestrado) Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Região Metropolitana de Campinas, 2014 disponível em <http://www.sdmetropolitano.sp.gov.br/portalsdm/campinas.jsp> Acesso em 25 de abr.2014

_____- Região Metropolitana de Campinas, 2008 disponível em <http://forumrmc.files.wordpress.com/2008/06/apresent_rmc-sec-plan-sp-20031.pdf> Acesso em 25 de abr.2014.

HARVEY, David – **Condição Pós-Moderna.** 23ª ed.: janeiro de 2012 Edições Loyola, São Paulo.

_____ – Como o poder norte-americano se expandiu. In: **O novo imperialismo**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, cap.2, p.31-77. 2012 [b].

_____– O que a tecnologia revela. In**: Para entender O Capital**, Editora Boitempo, 1ªed. cap.7, p. 187-208, 2013.

IBM - **A decisão de terceirizar com uma empresa globalmente integrada: da terceirização de até a criação de valor**. Disponível em: <http://www.ibm.com/br/services/cio/pdf/A_decisca o_de_terceirizar_.pdf> Acesso em 10 de jun. 2014.

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Anuário Estatístico Operacional 2012. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/ index.php/br/estatistic a-dos-aeroportos.html> Acesso em 02 de maio 2014

IPEA – O que é? Índice Gini. Ano 1 . Edição 4 – 2004 Disponível em < http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28 &Itemid=23> Acesso em 02 de jun. 2014.

KURKA, Anita Burth – **A participação social no território usado: O processo de emancipação do município de Hortolândia**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2008.

KURKA, Anita Burth; SILVA, Maria Lucia Carvalho da – A participação social em Hortolândia/SP: 1970 a 2004. In: **Universitas,** Ano 3, N º5, Cap.101-117, 2010

KURZ, Robert – **A luz do Iluminismo: O simbolismo da modernidade e a expulsão da noite.** Publicado na Folha de São Paulo em 12.01.1997

_____**– O Homem Flexível**. Original Der flexibe Mensch em <www.exit-online.org.> Publicado na Folha de São Paulo em 11.07.1999 com o título Descartável e degradado e tradução de José Marcos Macedo.

LOPES, Gustavo Esteves - **Memória em Construção Hortolândia e Sua Gente em Narrativas e Imagens**. Centro de Memória de Hortolândia "Prof. Leovigildo Duarte Júnior", maio de 2014 (no prelo).

MCKINSEY & COMPANY - **Estudo do Setor de Transporte Aéreo do Brasil: Relatório Consolidado. 1ª. Edição. Rio de Janeiro**, 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/chamada3/relatorio_consolidado.pdf> Acesso em 02 de mai. 2014

MANFREDO, Maria Teresa - **Desigualdades e produção do espaço urbano: o caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas,** 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

MARIGHETTI, Alex - **Industrialização do interior paulista e a territorialização das indústrias de alta tecnologia e pólos tecnológicos – Alguns elementos da Reestruturação Urbana.** Apresentação no XII SIMPURB, Belo Horizonte, 2011**.**

MELO, Rita de Cássia Nonato – Reestruturação produtiva e adensamento industrial no interior paulista: conformação das condições necessárias ao surgimento dos parques tecnológicos no estado de São Paulo. In: **Revista Formação Online,** n. 19, volume 1, p. 99 a 123, jan./jun., 2012

MENDES, Auro Aparecido - Condomínios industriais e empresariais na Região Metropolitana de Campinas (SP) - Brasil: Avaliação das condições gerais para a reprodução do capital. In: **Revista Geográfica de América Central.** Número especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-10.

OLIVEIRA, Eliana Cristo. **– A origem do Distrito de Rebouças: Origem do Município de Sumaré.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica (PUC), Campinas, 2008.

OJIMA, Ricardo; PEREIRA, Rafael H. Moraes; BONIFÁCIO DA SILVA, Robson - Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais? Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. - A crise do emprego está longe de terminar In: **Noticias da OIT**. Disponível em <http://www.oit.org.br/content/crise-do-emprego-esta-longe-de-terminar-adverte-o-chefe-da-oit> Acesso em 03 de jan. 2014.

_____. - Desemprego mundial aumenta novamente, mas com grandes diferenças regionais In: **Noticias da OIT**. Disponível em <http://www.oit.org.br/content/desemprego-mundial-aumenta-novamente-mas-com-grandes-diferencas-regionais> Acesso em 03 de jan. 2014.

PASCHOAL, Aparecido. **Hortolândia Sempre.** Uberlândia: Edilivro, 2012.

PINHEIRO, Lana - Hortolândia o paraíso das empresas. Disponível em <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/5321_HORTOLANDIA+O+PARAISO+DAS+EMPRESAS> In: **Revista Isto é dinheiro**. Nº edição: 518, 29 ago.07

PIQUET, Rosélia – Mudanças no ordenamento produtivo e territorial. 85-118 In: **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo** – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

POCHMANN, Marcio – Rotatividade em alta indica falta de proteção ao trabalhador. In: **Rede Brasil**. Publicado 25/05/2009. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2009/05/rotatividade-em-alta-mostra-falta-de-protecao-ao-trabalhdor-afirma-pochman.> Acesso em 28 de maio 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORUNGABA - Morungaba é incluída na RMC e já projeta mais investimentos do estado. Disponível em: <http://www.morungaba.sp.gov.br/secretarias/diretoria-deadministracao/noticias/m orungaba-e-incluida-na-rmc-e-ja-projeta-mais-investimentos-do-estado/18#.U1sKgvldVWV>Acesso em 25 de abr. 2014

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo – **O que é Taylorismo?** 6ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

RIBEIRO, Adauto Roberto; PEDROSA, Hugo. O Produto e o produto per capita na RMC: 2000-2010. In: BOLETIM ECONOMICO PUC-CAMPINAS. Ano VII volume 04 Campinas, setembro 2013.

RODRIGUES, Ricardo Furtado; CASAROTTO FILHO, Nelson; LA ROVERE, Renata Lèbre - **Redes de empresas e cooperação na formação do condomínio Tech Town**. Gestão & Produção vol.20 nº.3 São Carlos, 2013.

SANTOS, Milton – **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos).

_____ – **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS SILVA, Jorge Antônio - Modelos de crescimento e de desenvolvimento regional, In: **Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster São Paulo,** 480 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicações e Artes Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – PIB dos munícipios paulistas 2011. Dezembro de 2013. Disponível em: < http://www.seade.gov.br/produtos/pibmun /pdfs/PIBMunicipal2011.pdf> Acesso em 02 de maio 2014

SEMEGUINI, Ulysses Cidade **– Campinas (1860 a 1980): Agricultura, Industrialização e Urbanização**. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1988.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes - **Fragmentação metropolitana e desmembramentos municipais: a configuração territorial de Campinas a partir das diferenciações político-territoriais**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

SOUZA, Maria Carolina A.F. de; GARCIA, Renato - O Arranjo Produtivo de Indústrias de Alta tecnologia da região de Campinas – Estado de São Paulo – Brasil. Nota Técnica nº 27/99 (Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ). Mangaratiba-RJ, dezembro de 1998.

SOUZA SANTOS, Fagner Firmo - **O caráter do trabalho virtual no Vale do Silício Brasileiro: O "Ibemismo", as "Novas" Relações de trabalho nas Indústrias de Alta Tecnologia e a fragmentação da classe trabalhadora.** s/a 17 p.

TOLEDO, Francisco Antônio – **Uma História de Sumaré: Da Sesmaria à Indústria.** São Paulo: IMMESP, 1995.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E; **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000.

VASAPOLLO, Luciano – O trabalho atípico e a precariedade elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. Cap. 3, p. 45.

VASCONCELOS, Flávio Carvalho de; GOLDSZMIDT, Rafael G. B.; Ferreira, Fernando C.M. **Arranjos Produtivos** – FGV – EAESP. Vol. 4. nº 3. ago / out 2005.